

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**DIÊNIFER ALVES RAMOS DA ROSA**

**“MEMÓRIA FEMININA SINDICAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: A LUTA DAS  
PROFESSORAS DO 17º NÚCLEO DO CPERS/ SINDICATO”**

**Bagé  
2019**

**DIÊNIFER ALVES RAMOS DA ROSA**

**“MEMÓRIA FEMININA SINDICAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: A LUTA DAS PROFESSORAS DO 17º NÚCLEO DO CPERS/ SINDICATO”**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectives Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

**Bagé**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R788m Rosa, Diênifer Alves Ramos da  
Memória feminina sindical como forma de resistência: a luta  
das professoras do 17º núcleo do CPERS/ sindicato / Diênifer  
Alves Ramos da Rosa.  
80 p.  
Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) -- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS - LÍNGUAS ADICIONAIS INGLÊS, ESPANHOL  
E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2019.  
"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".  
1. Memória. 2. Sindicato. 3. Greve. 4. Resistência. 5.  
Mulheres. I. Título.

**DIÊNIFER ALVES RAMOS DA ROSA**

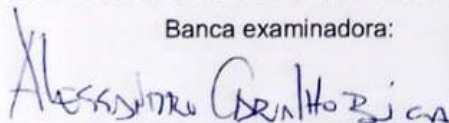
**"MEMÓRIA FEMININA SINDICAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: A LUTA DAS  
PROFESSORAS DO 17º NÚCLEO DO CPERS/ SINDICATO"**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do T de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 4 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

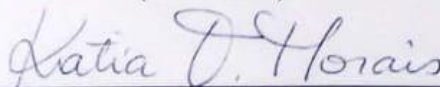


---

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Orientador

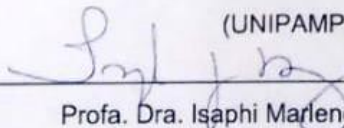
(UNIPAMPA)



---

Profa. Dra. Katia Vieira Moraes

(UNIPAMPA)



---

Profa. Dra. Isaphi Marlene Jardim Alvarez

(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho aos que lutaram por políticas públicas que proporcionaram o acesso à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade para jovens como eu. Em especial, a meus professores por acreditarem, por todo conhecimento e por todas as experiências.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, Teresa e Clóvis por acreditarem em mim e fazerem com que todos os meus sonhos possam se tornar realidade. A minha mãe por ser meu exemplo de resiliência, bondade e por ser minha melhor amiga. A meu pai por ser tão como eu e por sempre ter apoiado meu interesse pela literatura e pelas línguas, foram eles que me trouxeram até aqui. Aos dois, por serem quem são e sempre estarem ao meu lado.

Ao prof. dr. Alessandro Carvalho Bica, por em 2015, meu primeiro ano na universidade, ter me convidado a fazer parte do contexto da pesquisa e ter me proporcionado tantos aprendizados ao longo desses cinco anos trabalhando em nosso grupo de pesquisa, o GEEHN. Serei eternamente grata por essa semente plantada em minha vida, que além de ter me ensinado tanto academicamente, também se transformou em parte fundamental de minha vida e me fez perceber muito do que sou e do que quero ser. Muito obrigada!

A minhas amigas, Amanda, Sâmela e Taiza. A Amanda por ter compartilhado essa caminhada comigo, por me escutar e aconselhar, por discordar e me fazer crescer. A Sâmela por tantos anos de amizade, pela sintonia, pela sensibilidade e pela empatia. A Taiza, por todos os momentos e por sempre me inspirar como professora, pesquisadora, mulher e militante.

Ao Eduardo por ter sido, antes de qualquer coisa, meu amigo, meu ouvido e meu abrigo nos momentos em que precisei.

A meus professores, por terem me apresentado outros mundos. Por dedicarem tanto do seu tempo à universidade, por acreditarem e trabalharem o ensino, a pesquisa e a extensão.

A minhas colegas, por me proporcionarem conviver com tamanha diversidade de origens, posicionamentos e personalidades. Pelas risadas, mas principalmente por saber ouvir e acolher nos momentos de incerteza.

Aos amigos que fiz no intercâmbio, uruguaios, brasileiros, mexicanos e franceses pela integração, pelo aprendizado e pelas lembranças. Em especial as minhas companheiras brasileiras, Maíra, Rafaela e Tuanny pela companhia, pelo apoio e principalmente, por não se calarem e terem lutado contra as iniciativas de desmonte da educação pública e da democracia no nosso país mesmo estando longe de casa.

Por último, as professoras que inspiraram e tornaram esta pesquisa realidade. Por terem aberto as portas de suas casas e me recebido tão bem, por terem dividido sua história comigo, por terem lutado e seguirem lutando pela educação pública de qualidade e pela democracia.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso procura compreender o significado da Memória para um grupo de professoras filiadas ao CPERS/ Sindicato (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul). Este é o segunda maior entidade sindical da América Latina, representando professores, funcionários de escola e especialistas da rede estadual. Nesse sentido, as participantes da pesquisa são cinco professoras grevistas e atuantes no movimento de lutas da categoria de 1979 a 1991. Através de seus relatos as professoras deram vida as memórias do período em questão que serviram para responder aos seguintes objetivos: compreender o significado da Memória para este grupo de mulheres em meio a crise do movimento sindical no Brasil; identificar aspectos referentes à repressão, e discriminação, imposto a estas mulheres por sua atuação sindical; elencar possíveis especificidades de um movimento composto majoritariamente por mulheres; e por último, analisar o relacionamento da categoria com os representantes do Estado na atualidade buscando perspectivas para o futuro de lutas da entidade. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as participantes através de um questionário composto por dez perguntas abertas. Esta pesquisa segue os princípios da História Oral (SENNA e MATOS, 2011) e está embasada em literatura pertinente (BULHÕES, 1992; SENNA e MATOS, 2011; HALBWACHS, 1990; entre outros). Com base nos resultados obtidos, é possível perceber que para as integrantes da pesquisa a Memória se apresenta como uma possibilidade de resistência a partir da e reorganização da luta sindical na atualidade. Além disso ficou claro que a repressão e discriminação sofrida por elas se manifestava de diferentes modos; o Estado fazia ameaças que colocavam em risco sua integridade física e praticavam o terror psicológico, enquanto outra parte da sociedade civil tentava constrangê-las e fazê-las retornar a seus devidos lugares, o de mãe e dona de casa mas jamais o de militante. E se de certa parcela da sociedade recebiam esse tipo de tratamento, dentro do sindicato a situação era de acolhimento, união e resistência. Isso se deu pois, segundo seus relatos, o clima gerado pela particularidade de um movimento grevista composto majoritariamente por mulheres ia além da luta, elas se tornaram amigas através da entidade, criaram seus filhos dentro deste contexto e neste ambiente sentiram pertencimento e se descobriram. No entanto, no que diz respeito ao atual relacionamento da categoria com os representantes do Estado as professoras fizeram um balanço unanimemente negativo e demonstram poucas esperanças em mudanças por parte do governo. Contudo, por conhecerem a história e o potencial do sindicalismo brasileiro, elas apostam todas as suas fichas na ideia de que a mudança só poderá vir através do da reorganização, consciência e da luta da classe trabalhadora.

**Palavras-Chave:** Memória. Sindicato. Greve. Resistência. Mulheres.



## ABSTRACT

This research aims at understanding the meaning of Memory to a group of female teachers engaged in CPERS/ Sindicato. This is the second largest trade union institution in Latin America and it represents teachers, school employees and experts from the state network. With that said, the participants of this study are five teachers involved in the category strikes from 1979 to 1991. Through their own stories they brought to life memories from the historical period related to this research which served to answer the following objectives: understanding the meaning of Memory to this group of teachers while living with the current trade union crisis in Brazil, identifying characteristics related to the repression and discrimination imposed to this women due to their trade union performance; listing possible distinguished characteristics from a movement formed mainly by women; and at last, analyzing the relationship between the category and the state representatives on the present looking for prospects to the future struggles of the institution. In order to collect data a semi-structured interview was made with the participants through a questionnaire with ten open questions. This study takes into account the principles of Oral History and relevant literature (BULHÕES, 1992; SENNA e MATOS, 2011; HALBWACHS, 1990; amongst others). Regarding the results, it is possible to say that to the this group of women, Memory represents a possibility of resistance and reorganization of the trade union struggle on the present. Besides that, it became clear that the repression and discrimination endured by them presented itself in different ways; the state used to threaten them by putting their physical integrity at risk and provoked them through psychological terror, while part of the civilians tried to shame them on going back to their places, as mothers and housewives but never as activists. And if from a certain portion of the society they received this kind of treatment, within the trade union environment the situation was based on acknowledgement, union and resistance. That happen, according to them, due to them being a movement that consisted mainly on women who became friends and raised their kids within this context where they felt like belonging to and discover themselves. However, regarding the category relationship with the state representatives the teachers evaluate it mostly as negative and show a lack of hope in a change on the government's part. Nevertheless, since they know the history and the potential of Brazilian trade union movement, they bet all their cards on the idea that the change will only come through the reorganization, awareness and struggle from the working class.

**Keywords:** Memory. Trade Union. Strike. Resistance. Women.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações gerais sobre as greves (1979 - 1991) .....	37
Tabela 2 - Crescimento do PIB (1968 - 1989) .....	40
Tabela 3 - Taxa Anual da Inflação Brasileira (1968 - 1991) .....	40
Tabela 4 - Vencimento Básico Médio Real do Magistério do RS .....	42
Tabela 5 - Informações sobre as participantes da pesquisa .....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Ato Institucional

ANC- Assembléia Nacional Constituinte

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPERS - Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul

CPPE - Centro de Professores Primários Estaduais

GEEHN - Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSL - Partido Social Liberal

SEC - Secretaria de Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Momento pré-golpe.....	14
2.1.2 O Golpe instaurado: a busca pela legitimidade e a repressão.....	16
2.1.3 O processo de redemocratização: o protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na construção de um novo Brasil.....	19
2.2 As mulheres na luta contra a ditadura civil-militar brasileira e a construção de um novo Brasil.....	23
2.3 O CPERS/ Sindicato: mulheres pioneiras.....	27
2.3.1 O histórico de lutas da categoria.....	28
2.3.2 Um recomeço na história do CEPERS/ Sindicato e o Brasil.....	29
2.3.3 Nadando contra a corrente.....	39
2.3.4 As lutas atuais e a construção do Sindicato-Cidadão.....	43
2.4 O conceito de Memória e suas multifaces.....	45
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
3.1 Participantes da pesquisa.....	50
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....</b>	<b>56</b>
4.1 Memória feminina sindical como forma de resistência.....	56
4.2 A revolução foi feminina: as particularidades de um movimento composto majoritariamente por mulheres.....	59
4.3 “A gente passou por pessoas que nos chamavam de vagabundas e nos mandavam ir trabalhar.” .....	63
4.4 O relacionamento com os representantes do estado: o presente e as perspectivas para com o futuro.....	69
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, serão apresentados os relatos de experiências de integrantes e ex-integrantes do 17º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/ Sindicato) que participaram dos movimentos grevistas desenvolvidos pela categoria de 1979 a 1991. Como a segunda maior entidade sindical da América Latina, ao longo dos seus 74 anos de história CPERS lutou firmemente por uma educação pública de qualidade, dignidade profissional e defesa rigorosa da democracia.

Nesta investigação, tenho como objetivo principal compreender o significado da memória para este grupo em meio ao atual contexto de crise sindical. Além disso, pretendo também identificar aspectos relativos à repressão, e provável discriminação, imposto a estas mulheres por estarem envolvidas na luta sindical; elencar possíveis particularidades de um movimento composto majoritariamente por mulheres; e por último, analisar o atual relacionamento da categoria com os representantes do Estado buscando perspectivas para o futuro da luta do CPERS/ Sindicato.

De acordo com LE GOFF (1990) levando em consideração a atual conjuntura política e social brasileira, onde comportamentos como a negação da ditadura civil-militar brasileira, a crise instaurada no movimento sindical e até fenômenos de apologia a tortura implementada durante o golpe civil-militar de 1964 falar de memória se torna fundamental para combater uma possível amnésia social e coletiva. Além disso, no contexto do curso de Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, como formador de professores para essa mesma sociedade, se torna imprescindível tratar a questão da participação sindical de modo a preparar futuros professores a estarem organizados como classe para enfrentar os desafios específicos da realidade profissional nas escolas públicas. Indo mais além, como curso de graduação que forma quase que unanimemente professoras mulheres, reconhecer a luta das que vieram antes de nós serve não só para nos proporcionar perspectivas para o futuro, como também compreender os processos que perpassam a nossa luta enquanto mulheres dentro da sociedade.

Tendo em vista este contexto, a metodologia utilizada neste trabalho está baseada nos princípios da História Oral Matos e Senna (2011). Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, com apoio de um questionário apresentado as participantes da pesquisa no momento da entrevista. Os relatos das

participantes da pesquisa foram gravados e transcritos também de acordo com Matos e Senna (2011). Dentro do questionário, através de suas histórias, as professoras responderam a questões gerais relacionadas a caracterização do período, focando na sociedade brasileira e na educação pública. Além disso, também foram tratadas questões mais específicas como a importância da Memória, a situação da mulher grevista perante a repressão e o atual relacionamento com os representantes do Estado.

Este trabalho foi dividido nas seguintes seções: a “Introdução”, onde trago a importância do CPERS/ Sindicato e menciono brevemente questões centrais que busco defender no nesta pesquisa como meus objetivos, a justificativa e a metodologia empregada; em “Conceitos Gerais e Revisão de Literatura”, trago questões teóricas referentes às temáticas aqui desenvolvidas, em “Metodologia”, abordo o contexto envolto nesta pesquisa, com particularidades referentes as participantes, os instrumentos utilizados, tanto na coleta quanto na análise de dados; já em “Análise e Discussão de Dados” retomo os objetivos e analiso os dados coletados; logo trago a Conclusão onde exponho minhas considerações finais e; por último, apresento minhas referências e apêndices.

## 2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Momento pré-golpe

Ainda que o golpe civil-militar brasileiro tenha se concretizado na madrugada do dia 31 de março de 1964 e que o recorte deste Trabalho de Conclusão de Curso seja o período de 1979 a 1991, compreendo que seja fundamental destacar aqui alguns dos processos que desencadearam este acontecimento. Ou seja, pretendo tratar, brevemente, questões como o momento pré-golpe, a partir do governo de João Goulart; logo, o próprio golpe e seus terrorismos, para então; finalmente, aludir a sua dissolução com o início do processo de redemocratização do país, especialmente a partir do protagonismo das mulheres e do movimento sindical. Isso pois, assim como REIS (2014), acredito que:

Não foi um raio que desceu de um céu sem nuvens [ela] resultou de uma conjunção complexa de condições, de processos e de ações, cuja compreensão permite elucidar o que deixou surpresos e perplexos os contemporâneos, vencidos e vencedores. (REIS, 2014, p. 3).

Ainda que seja difícil limitar o começo deste percurso, pretendo partir da década de 1960, mais especificamente em 1961, com Jânio Quadros (PTN) presidente e João Goulart (PTB) como vice-presidente. A realidade da instabilidade econômica, que já havia se instaurado no país graças a falência do modelo de substituição de importações e pelos impactos das medidas desenvolvimentistas empregadas pelo último chefe de estado, Juscelino Kubitschek (PSD).

Com a renúncia de Jânio, a Constituição Federal previa que Jango<sup>1</sup>, vice-presidente eleito democraticamente, passasse a ocupar o cargo de presidente da República. No entanto, em meio a grande polarização política que pairava sobre o ar, outros setores da sociedade conspiravam contra a própria Constituição Federal, entre eles, as forças militares se destacaram.

Em meio a este impasse, e enquanto João Goulart aguardava a resolução da crise política em Montevidéu (Uruguai), o congresso acaba adotando o sistema parlamentarista. Ou seja, Jango assumiria o cargo de presidente mas parte de seu poder seria deslocado para um primeiro-ministro, que chefiaria o Estado. Cargo este,

---

<sup>1</sup> Como era popularmente conhecido o ex-presidente da República, João Belchior Marques Goulart.

que ao longo do curto mandato do presidente, seria ocupado por diversos políticos, demonstrando mais uma vez a instabilidade política do governo.

A situação de crise política, econômica e social que haviam se estabelecido no Brasil, se intensificaram após a posse do novo presidente e foram elas, que algum tempo justificariam o golpe civil-militar de 1964. O próprio Plano Trienal, que trazia entre suas medidas as Reformas Bases<sup>2</sup> cavaram a cova do que seria o último presidente democraticamente eleito pelos brasileiros por mais de duas décadas.

Segundo Delgado (2009, p. 126) as principais instabilidades políticas no governo de Jango estavam ligadas “[...] ao fato de que ao se tornar o principal depositário da tradição trabalhista de Vargas também herdou seus opositores”. Oposição esta que não lhe deu sossego, e por pouco não lhe impedem de assumir o cargo. Mesmo este clima, a autora menciona a firmeza com a qual o presidente atuou:

[...] no processo de democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu. (DELGADO, 2019, p. 126).

Existem diversas explicações para a implementação do Golpe, Delgado (2009) destaca três delas: a primeira é a perspectiva preventiva, que buscava reprimir a implementação das reformas bases, temidas pelos setores mais ricos da sociedade por supostamente representarem o risco da adoção de um modelo socialista; a segunda seria contra-revolução, que procurava impedir a transição de democracia restrita, ou seletiva, para uma democracia ampliada; e a terceira, apresenta a perspectiva dos fatores conjunturais, como a crise econômica e política, a mobilização das massas a partir do fortalecimento das lutas operárias, etc.

Embora as perspectivas sobre as causas e justificativas possam ser distintas, nenhum dos autores contrapõe a articulação civil, constituída por uma aliança entre setores os políticos, religiosos, militares, civis e a mídia que conspiravam abertamente contra o presidente João Goulart. Delgado (2009) diz que:

---

<sup>2</sup> Dentro delas estavam incluídas as reformas agrária, educacional, fiscal, urbana e bancária. Além disso, também defendia-se o direito a voto para o analfabetos, assim como militares de patentes auxiliares. Também se procurava implementar maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle de investimentos estrangeiros no país.



O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e interclassista. (DELGADO, 2009, p. 132).

Já sobre os primeiros momentos de instauração do golpe, Teles (2014) diz o seguinte:

Ao se movimentarem, começaram a espalhar o terror, impuseram a desarticulação de movimentos populares, sindicais e serviços públicos, cujas lideranças e direções passaram a sofrer perseguições, sequestros e prisões arbitrárias. Provavelmente foi um momento de pânico, de medo e de terror, quando capitais como: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre foram invadidas por enormes contingentes de militares das Forças Armadas, num clima de guerra no qual o inimigo era o povo desarmado, pobre, analfabeto e sofrido que sonhava em ter um pedaço de terra, trabalhar e viver do seu trabalho. (TELES, 2014, p. 9).

A autora faz uma clara menção as reformas base, que prometiam ser as grandes responsáveis pela construção de uma nova era para os brasileiros. Isso pois tratariam de questões referentes a diversos setores como o agrário, o educacional, o fiscal e o político, promovendo a democratização da terra, o combate ao analfabetismo, o uso justo do território urbano, a valorização do magistério em todos os níveis, etc. Essas medidas representaram um sonho que tinha grandes chances de se tornar realidade, e no entanto, com a chegada dos militares ao poder elas evaporaram como fumaça. Ou pelo menos assim foi até a Constituição de 1988, onde serviram de grande inspiração.

### **2.1.2 O Golpe instaurado: a busca pela legitimidade e a repressão**

Quanto a consolidação do regime e seu processo de legitimação, Delgado (2009, p. 132) evidencia que, além da destituição o presidente e desarticulação movimentos sociais, os militares também afastaram os aliados políticos de Jango com o objetivo de “evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil”.

No entanto, engana-se quem pensa que esta foi a única ferramenta utilizada pelos militares para se manterem no poder ao longo de mais de duas décadas. Rezende (2013) afirma que, especialmente no período de 1964 a 1973 as forças

militares trabalharam arduamente na busca pela legitimação de seu golpe, inclusive adotando a denominação de “Revolução de 1964”.

Mesmo tendo implementado o delírio do perigo comunista e a partir dele terem construído um discurso que viabilizasse sua chegada ao poder com considerável apoio civil, os militares sabiam que não conseguiriam se manter nesta posição durante muito tempo se não houvesse uma estratégia ampla. As ferramentas utilizadas para justificar sua continuidade no poder percorreram não só a extensão política, mas também a econômica e psicossocial.

Rezende (2013) discorda das perspectivas que atestam que a adesão ao golpe tenha se dado, especificamente por razões econômicas, apesar de admitir que ela foi essencial, ele afirma que ela não foi a única.

A formulação de uma estratégia psicossocial possui, desta forma, um papel fundamental e, por isso, é de grande importância captar a sua constante relação com as estratégias econômicas e políticas. O encontro entre as mesmas era revelador da **insistência do regime em construir uma ordem social em que ele pudesse intervir sobre todos os indivíduos, grupos e instituições ilimitadamente e sob todos os aspectos**. O regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira. (REZENDE, 2013, p. 3, *grifo meu*).

Porém, ainda que indo de encontro ao que diz o autor, acredito que mais do que intervir, os militares buscaram implementar em uma sociedade desesperada, a ideia de que eles seriam a resposta para todas as perguntas e problemas. Sendo assim, para muitos, os militares podem ter passado a representar esperança em meio ao caos, sem se dar conta que grande parte desse caos tenha sido provocada pelas próprias Forças Armadas.

Segundo Carvalho (2017, p. 1229), os militares implementaram “[...] a repressão por meio da violência e perseguição estatal direcionada contra “inimigos internos” sob os auspícios da Doutrina da Segurança Nacional”.

Reprimir, e até eliminar, aqueles tidos como inimigos da “Revolução” foi prática institucionalizada e característica de todos os governos militares. No entanto, se destacam os “Anos de Chumbo”, de 1968 a 1974, onde se concentrou a maior repressão de todo o período.

A partir de 1964 os militares passaram a editar os Atos Institucionais<sup>3</sup> que lhes colocavam acima de tudo e todos. Esses atos serviram para implementar as eleições indiretas nos diversos níveis nacionais, suspensão de direitos políticos, e dos próprios partidos políticos<sup>4</sup>, leis de censura e banimento, restrição do direito à greve e até a promulgação de uma nova Constituição.

O AI-5, considerado “o golpe dentro do golpe”, concedia ao Presidente da República, e a outras autoridades militares, o poder de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa, assim como, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções. O AI-5 surgiu como a gota d’água pois também suspendeu o *Habeas Corpus* para crimes considerados políticos, e acarretou na censura de jornais oposicionistas, livros, músicas e obras de modo geral que passaram a ser consideradas subversivas. A previsão de duração era de 180 dias mas eles acabaram permanecendo em vigor por quase 10 anos.

Do outro lado, seguia a resistência contra o regime protagonizada especialmente pelos movimentos sociais, estudantis, sindicais, femininos e feministas. As diferenças de estratégias e posicionamentos adotados por esses grupos se refletiram em suas próprias ações ao longo dos anos, que foram desde manifestações, movimentações sócio-culturais e até luta armada, onde destacou-se a Guerrilha do Araguaia<sup>5</sup>.

Foi só em 2014, com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade<sup>6</sup> (CNV), entregue a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que foi possível chegar chegaram ao total de 434 mortos e desaparecidos. Além disso, a Comissão da Verdade concluiu que as práticas repressivas, como tortura, estupros, execuções, desaparecimento, etc, se tornaram uma política do Estado contra a população civil, caracterizando-se assim como crimes contra a humanidade.

A CNV realizou um longo trabalho de entrevistas onde ouviu vítimas, testemunhas e agentes da repressão. Promoveu centenas de eventos em forma de

---

<sup>3</sup> Também conhecidos como AI's, foram normas elaboradas e postas em prática no período de 1964 a 1969. Elas foram editadas pelos respectivos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelos próprios presidentes da República, tendo o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Ao total houveram 17 Atos Institucionais e todas eles estavam acima da própria Constituição (1964-1967).

<sup>4</sup> Exceto MDB e ARENA.

<sup>5</sup> Foi um movimento de guerrilha desenvolvido na região conhecida como Bico do Papagaio, entre os estados do Pará, Maranhão e atual Tocantins, do final da década de 1960 até a primeira metade da década de 1970. Foi criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

<sup>6</sup> Foi criada pela Lei 12528/ 2011 e seus membros foram nomeados pela ex-presidente Dilma Rousseff. Teve como objetivo principal apurar as violações aos Direitos Humanos que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

audiências públicas, realizou investigações e apresentou relatórios sobre elas, elaborou laudos periciais, etc.

Para encerrar, trago um trecho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014):

Para a Comissão Nacional da Verdade, o rol de vítimas aqui exposto não é definitivo. As investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período enfocado pela Comissão - de 1946 a 1988 - devem ter continuidade e, notadamente no que se refere à repressão contra camponeses e indígenas, a produção de um quadro mais consolidado de informações acarretará a identificação de número maior de mortos e desaparecidos. Por meio deste volume, cuja matéria se reveste de enorme significado histórico, **a Comissão Nacional da Verdade consagra este Relatório à memória das vítimas de um cenário político que nunca mais deve se repetir.** (BRASIL, 2014, p. 25, *grifo meu*).

Tendo em vista os últimos acontecimentos ocorridos no contexto social e político brasileiro, trazer a tona assuntos relacionados a ditadura civil-militar e aos resultados obtidos pela própria Comissão se torna fundamental em meio a um processo de negação do regime e das violações dos direitos humanos ocorridas ao longo deste período.

### **2.1.3 O processo de redemocratização: o protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na construção de um novo Brasil**

O processo de transição do regime civil-militar para o democrático tem início com o governo do general Ernesto Geisel, em 1974. Em sua gestão, diante da realidade do esgotamento do “milagre econômico” e do próprio regime, inicia o processo de abertura política “lenta, gradual e segura”.

O objetivo do governo Geisel era realizar uma transição controlada, com um processo palatino de liberação do regime que suprimisse os instrumentos de exceção, encaminhasse o país a uma progressiva institucionalização e garantisse a volta dos militares aos quartéis sem risco de revanchismo e outras punições. (REIS, 2010, p. 221).

No entanto, o que ocorreu, segundo Reis (2010) foi “[...] um incessante vai e vem entre a utilização dos mecanismos de repressão e a introdução de outros menos ostensivos [...]”, entre os quais ele destaca a substituição do AI-5, em 1979, por um pacote de medidas denominadas “salvaguardas constitucionais”. Ainda assim,

medidas liberalizantes foram tomadas durante seu governo, como por exemplo, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, além do restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos.

Reis (2010) destaca que:

[...] o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil, que, afastada do espaço da “grande política”, procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares, escolas e transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao regime. (REIS, 2010, p. 222).

Ainda segundo o autor, o final da década de 1970 foi fundamental para a luta sindical e trabalhista, chegando a ocorrer em 1978, o início do histórico movimento grevista na região do ABC paulista, que envolveu milhares de trabalhadores. Enquanto que no ano seguinte, observou-se a generalização de greves, que de milhares passaram a envolver milhões de trabalhadores das mais diversas categorias em todo Brasil. Foram mais de três milhões de trabalhadores e 430 greves, que sofreram com a resposta do regime.

A reação da ditadura foi violenta, com centenas de prisões de trabalhadores e líderes sindicais, intervenção nos sindicatos e cassação das lideranças mais combativas, com o uso de violência sindical contra os grevistas, além de demissões, listas negras e pressão de todo tipo. (REIS, 2010, p. 225).

Mesmo sofrendo com o comportamento violento do Estado, a partir daí, começaram a se espalhar por todo país comícios que se transformaram em festas cívicas clamando pela volta da democracia e pressionando os militares.

O clima de festa e de luta se misturou e seguiu firme por um longo período, em 18 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira<sup>7</sup> o então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo impôs, por meio de um decreto, segundo Reis (2010, p. 232) “[...] medidas de emergência que proibiam concentrações públicas e estabeleciam a censura prévia dos meios de comunicação, além de outras ações restritivas”.

---

<sup>7</sup> Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5 de 2 de Março de 1983, popularmente conhecida como Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que se aprovada em votação reestabeleceria as eleições diretas para Presidente da República no Brasil.

Mesmo com o decreto, que tinha validade de sessenta dias, no dia da votação a movimentação foi intensa, conforme destaca Reis (2010):

[...] alguns pontos simbólicos importantes dos grandes centros urbanos são ocupados pela população, que empreende uma vigília cívica durante a madrugada para acompanhar a votação que transcorria num clima tenso em Brasília, em razão das medidas de emergência e do forte esquema policial militar montado pelo governo, com o cerco do Congresso por tropas militares e a dissolução das manifestações a golpes de cassetete e bombas de gás lacrimogêneo. (REIS, 2010, p. 232).

Ainda assim, na contramão da demanda popular a emenda foi derrubada em votação na Câmara dos Deputados no noite do dia 25 de abril de 1984, com 65 votos contra, 113 ausências e 3 abstenções. Como eram necessários 320 votos, a emenda nem chegou a ser enviada para votação no Senado Federal.

Segundo Reis (2010), a frustração não abalou a esperança da sociedade brasileira, pois o movimento cívico desenvolvido pelas “Diretas Já” entrou para a história.

A campanha das “Diretas Já”, unindo politicamente setores diversos da sociedade brasileira, foi uma expressão da força dos movimentos pela democratização. [...] Essa reorganização criou as condições para que as forças conservadoras passassem a buscar novas estratégias para a manutenção de seu status político, já abalado pelas forças sociais em ascensão e pelas derrotas do partido da ordem (Arena) nas eleições de 1982, para os governos estaduais. (MINTO, 2013, p. 250).

No entanto, o que ocorreu em 1985 foi uma eleição indireta, por meio de um Colégio Eleitoral, de acordo com o que regulamentava a Constituição de 1967. Foi eleito o então governador do estado de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB<sup>8</sup>), tendo como vice José Sarney (PMDB). O presidente eleito não chegou a tomar posse do cargo por motivos de saúde, e quem acaba por assumir é seu vice. Sobre este momento, Minto (2013, p. 250) diz que “A candidatura de um civil, foi o cume da conciliação entre setores democráticos e setores que haviam dado suporte à Ditadura”. Isso, pois, Sarney, ainda que num primeiro momento tenha se oposto ao regime em 1964, no ano seguinte entrou para o Arena, partido governista do período

---

<sup>8</sup> Antigo MDB, que após a modificação da legislação partidária que estabeleceu o pluripartidarismo, passou a ser conhecido como PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

pelo qual foi governador do estado do Maranhão e cumpriu dois mandatos como senador.

Seu governo foi marcado por forte recessão econômica, elevados índices de inflação e tentativas falhas de melhorar a situação financeira do país com o Plano Cruzado e o Plano Verão. Ainda assim, o presidente afirmou que mudanças ocorreriam durante o processo de redemocratização, entre elas se destacam a aprovação da emenda constitucional que estabeleceu eleições diretas para presidente, prefeito e governador. Além disso, os analfabetos passaram a ter direito ao voto e os partidos comunistas foram legalizados.

Para finalizar, finalmente, em 1º de fevereiro de 1987, toma posse a Assembleia Constituinte de 1988, que seria a responsável por desenvolver a nova Constituição Federal. É fundamental destacar que a convocação da constituinte foi o resultado das lutas e reivindicações da sociedade civil, que buscava construir um novo Brasil e garantir direitos mínimos a todos os brasileiros.

Lacerda (2018) destaca que, ainda que a Assembléia Nacional Constituinte fosse composta por deputados e senadores eleitos em 1986 a participação popular foi marcante. Este era um direito garantido pelo Projeto Constituição (1986-1987), aprovado pelo Senado Federal, que teria aberto o caminho para coletar ideias para a criação da Constituição Federal com mais de 72 mil cartas-resposta enviadas gratuitamente pelos cidadãos brasileiros, deixando claro seus desejos com relação a nova Constituição. Além disso, ao longo do processo de desenvolvimento da constituinte, a autora destaca que:

[...] muitas caravanas vieram para Brasília com grupos representantes de diversos segmentos da sociedade civil, para apresentar propostas e exercer pressão legítima sobre os Constituintes para aprovação de suas reivindicações. (LACERDA, 2018, p. 28).

Segundo ela, foram apresentadas 122 emendas e mais de 12 milhões de assinaturas, que após sucessivos projetos de Constituição, chegaram a um total de 83 dessas emendas populares que foram incorporadas a redação final.

Esse fato demonstra a participação de vários segmentos sociais na construção da nova Constituição, Lacerda (2018) destaca o seguinte:

Como se observa, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, responsáveis pela nova Constituição Federal de 1988, que nos rege até os dias de hoje, foram fortemente marcados pela participação popular e pela ampliação de direitos fundamentais para amplos grupos da sociedade. Além disso, **consolidaram uma mensagem da sociedade brasileira de respeito a segmentos sociais antes desfavorecidos e as temáticas essenciais para a garantia e a preservação da nascente ordem democrática, patrimônio de nossa nação.** (LACERDA, 2018, p. 9, *grifo meu*).

É claro que as críticas durante o processo de desenvolvimento da Constituição Cidadã foram muitas. No entanto, é necessário reconhecer a sua importância e o intenso processo de participação civil de uma sociedade que, historicamente, não costuma participar de forma tão ativa e consciente nos rumos políticos de seus países.

## **2.2 As mulheres na luta contra a ditadura civil-militar brasileira e a construção de um novo Brasil**

Ao longo dos três momentos mencionados acima, destaca-se a resistência de movimentos sociais e políticos na luta contra o regime, e entre eles, as mulheres. Comprovando este acontecimento, e reconhecendo seu papel pioneiro, Teles (1993) diz o seguinte:

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos e desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com homens pela libertação política do país. Mas o grande contingente saiu em busca do mercado de trabalho, que absorvia, de maneira expressiva, a mão de obra feminina. (TELES, 1993, p. 57).

No entanto, para podermos tratar da situação desse grupo específico de indivíduos se faz necessário, compreender, mesmo que de forma introdutória, o contexto que propiciou às mulheres ocuparem estes novos espaços.

Se vivia nesse período a ideia da mulher como mãe, esposa e responsável pela organização do lar e da família. No entanto, essa realidade começa a mudar drasticamente com a chegada da década de 1970. De acordo com Sarti (1998), o contexto que possibilitou essas transformações foi este:



A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso à métodos anticoncepcionais e ao recurso à terapias psicológicas e a psicanálise, impactou o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. (SARTI, 1998, p. 5).

Sendo assim, as mulheres passaram a ocupar outros espaços, saíram do privado e chegaram ao público. É claro que esta movimentação, nesse primeiro momento, não significou, necessariamente a liberação do privado, mas sim multiplicou suas jornadas que passaram a ser duplas ou triplas.

Muito além da repressão e da violência generalizada empregada pelo regime, havia também a repressão social e esta era implacável. Isso pois, segundo Bastos (2004) elas estavam prestes a romper com duas hierarquias: a de gênero, neste momento ainda mais enraizada na cultura brasileira, e a do próprio poder instaurado com o golpe de 1964.

Essas mulheres tiveram que romper barreiras dentro de suas famílias, de sua religião, do mercado de trabalho, da escola e da sociedade em geral. Reis Filho (1998, p. 33) diz que “Eram barricadas por toda parte: de tijolos e ideias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela aparece ao alcance da mão”.

Por isso, a atuação ativa dessas mulheres, independentemente do papel que desenvolveram, foi ainda mais surpreendente pelo momento em que ocorreu. Isso, pois, segundo Priotto e Fassheber (2014), o poder era regido pelo masculino, especialmente neste contexto de ditadura civil-militar, havendo pouca possibilidade de ascensão para as mulheres.

Se o local de existência por excelência da mulher era o domínio do espaço privado, encontrá-las em plena atividade de militância durante o período da Ditadura Militar no Brasil seria, no mínimo, observar as mudanças ocorridas nos papéis sexuais, ou mesmo compreender que embora existisse um modelo a ser cumprido pelas mulheres, muitas delas se contrapunham a ele. Não eram “donas de casa”, eram militantes. Estavam “fora de lugar”. (PRIOTTO; FASSHEBER, 2014, p. 5).

Essa situação propiciou considerável apagamento da luta das mulheres durante todo este período, como infelizmente ocorreu de modo geral ao longo da

história. Esta tem adotado um comportamento parcial, silenciador e ocultador de sujeitos, como é o caso das mulheres.

A memória construída sobre os anos da ditadura, de modo geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura que existia no período. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como a sexualidade e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 1985 tem sido reduzida a história política da ditadura militar. (MARCELINO, 2011, p. 22).

No entanto, pretendo deixar claro aqui que a situação não foi esta, as mulheres brasileiras se organizaram e lutaram arduamente para ocupar espaços. Elas atuaram em diferentes frentes e sofreram distintos tipos de repressão ao longo dessa caminhada de exercício da luta, fosse ela sindical ou não.

Se os espaços públicos, de modo geral, eram improváveis para elas, os espaços políticos eram ainda mais. Entre eles estão os partidos políticos e sindicatos, que em teoria, deveriam tratar essas mulheres como indivíduos dispostos a lutar por um país democrático, mas na prática de acordo com Sarti (1998, p. 4) “[...] a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação militante”.

Ou seja, a suposta desconstrução das organizações de esquerda não ia tão longe. Além de práticas como a divisão sexual do trabalho e a invisibilização das mulheres, um exemplo muito sutil, era ofuscar as demandas específicas das trabalhadoras, segundo Teles (1993, p. 113) “[...] as reivindicações apresentadas pelas mulheres às pautas das campanhas salariais são incorporadas nos últimos itens, fator que indica a falta de respeito dos homens pela luta das mulheres”.

Segundo a autora, apesar dessa realidade, as mulheres já se faziam presentes dentro do sindicato e formavam grupos unidos e presentes nos encontros e congressos, o que repercutiu de modo significativo dentro do movimento sindical. De acordo com Teles (1993, p. 112) é claro que “Isso não quer dizer que o atual sindicalismo tenha absorvido de fato as reivindicações da mulheres. Mas aumenta a participação da mulher nas direções das entidades sindicais”.

Como mencionado no início desta sessão, utilizando as palavras de Teles (1993), após terem sido as primeiras a entrar em cena na luta contra a ditadura civil-

militar brasileira, foram também as mulheres que deram início ao que se tornaria a luta pela anistia.

Essa luta começou, então, pelas mulheres. No início mobilizaram-se aquelas mais próximas dos presos políticos, irmãos, esposas, companheiras e mães. Foram criadas comissões de familiares presos e desaparecidos políticos. Mas logo receberam adesão de outras mulheres. (TELES, 1993, p. 82).

Pretendo deixar claro aqui, que não se deve cometer o erro de imaginar que as militantes só lutavam pelos “homens da casa”, seus filhos ou companheiros. Elas lutavam por eles e pelo país, mas também por si mesmas. E se torna quase impossível falar desse “despertar” sem mencionar o movimento feminista que começou a tomar espaços já na década de 70 e que seguiu forte nos próximos anos:

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidado. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 1998, p. 8).

O movimento feminista contribuiu de modo intenso na luta das mulheres brasileiras durante este período. Segundo Teles (1993), esses movimentos passaram a surgir de forma cada vez mais crescente por todas as regiões do Brasil, e talvez neles as mulheres tenham passado a se descobrir como sujeitos, reconhecer seus problemas e necessidades específicas, Teles (1993, p. 76) ressalta ainda que “[...] a luta por seus direitos dava lugar, prioritariamente às reivindicações da comunidade”.

Os grupos buscam impactar políticas públicas em áreas específicas, como a saúde e o trabalho, utilizando-se dos canais institucionais. Dentro da tendência à especialização, desenvolve-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criam conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. [...] **e finalmente, no fim da década de 80, como saldo de todo este processo, está a significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extingue a tutela masculina na sociedade conjugal.** (SARTI, 1998, p. 8, *grifo meu*).

Sobre o movimento sindical, ambiente ainda majoritariamente masculino, muitas dessas dificuldades persistem, mas avanços também ocorreram. Os

obstáculos para desenvolver a questão da mulher dentro das instituições começaram a ser tratadas por propostas específicas para as mulheres trabalhadoras a partir da década de 1980. Um exemplo dessas iniciativas foi a criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora pela CUT, que, em comparação a outras se destaca por sua regularidade, com a realização de atividades com trabalhadoras urbanas e rurais desde 1986.

### 2.3 O CPERS/ Sindicato: mulheres pioneiras

Em 21 de Abril de 1945, um grupo de professores, composto majoritariamente por mulheres, se reúne na sede da Sociedade Espanhola e funda o Centro dos Professores Primários Estaduais. Nesse momento nasce a instituição que, anos depois, se tornaria o Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, *grifo meu*) e que segue, mais de 70 anos depois de sua criação, firme com os mesmos propósitos: **“educação pública de qualidade, dignidade profissional e defesa intransigente da democracia”**.

O grupo de mulheres pioneiras estava composto pelos seguintes nomes: a líder e primeira presidente, Cléia Argolo Ferrão; e os companheiros Suely Goulart, Maria Paula Dias Pacheco, Arno Saraiva, Maria Messias Corrêa, Indiana do Vale, Horacina Lague, Cecília Torcelli e Maria Quites.

É importante ressaltar que já no seu ano de criação, O então CPPE vivia com a realidade do final da Segunda Guerra Mundial e encaminhava-se também, o fim da Ditadura Vargas a nível nacional. Ainda assim, o marco de seus primeiros anseios era o ingresso das professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia e os reajustes salariais. E é claro que dita organização não passou despercebida:

As críticas de setores mais conservadores da sociedade gaúcha, que não aceitavam a ideia de professoras primárias fundarem uma entidade para reclamar seus direitos, não tardaram muito para acusar o grupo de professoras fundadoras CPPE de comunistas e agitadoras de ordem social. (CORREA, 2006, p. 2).

As integrantes do CPPE resistiram aos ataques, disparados especialmente pela oposição e por professores católicos, e passaram a discutir reivindicações mais específicas. Levantaram suas primeiras bandeiras que demandavam aumentos

quinquenais e de carreira única. Assim como também passaram a exigir gratificação de  $\frac{1}{3}$  e contagem do tempo de serviço para os colegas que trabalhavam com alfabetização de adultos.

Em 1945 iniciam as discussões referentes a criação do Estatuto da entidade, e se estenderiam até 1954 quando o documento é definitivamente aprovado. Naquele momento, o estatuto não chegou a contemplar todas as reivindicações da classe mas representou um grande marco na história do que viria a se tornar o CPERS/ Sindicato no futuro.

A aposentadoria, luta iniciada em 1946, também é outro marco importante em sua história. Buscava-se o direito de aposentadoria aos 25 anos de exercício de profissão para as mulheres e aos 30 anos para os homens, de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 22) “Este direito foi conquistado, mas retirado com a Constituição de 1967”. Direito que só viria a ser reconstituído muitos anos depois com a Constituição Cidadã de 1988.

Já no ano de 1949, receberam da prefeitura de Porto Alegre a doação de uma área que abrigaria a Casa da Professora Primária, que acaba sendo devolvida ao município antes mesmo de sua construção.

A luta toma corpo nos anos seguintes, e entre 1950 e 1955 os professores lutam contra cortes efetuados pelo governo em suas gratificações e reivindicam abono natalino. De 1956 a 1960 o governo é pressionado pelo cumprimento de promessas feitas anos antes, em 1955. Inclusive, segundo Correa (2006), neste período ocorre uma importante mobilização da categoria:

Em 1956 a categoria, ainda com seu quadro de associados em expansão, promove uma manifestação pública em frente ao Palácio do Governo discutindo pela primeira vez a possibilidade de realização de uma paralisação grevista. (CORREA, 2006, p. 3).

Mal sabiam estas pioneiras que quase 75 anos depois da criação da instituição este seguiria sendo, não apenas um dos principais problemas da categoria, assim como, um dos principais instigadores para deflagração de greves.

### **2.3.1 O histórico de lutas da categoria**

Se no período de sua criação a entidade vivia o clima do final da Segunda Guerra Mundial e da Era Vargas, pouco mais de uma década depois viria a enfrentar outras crises em nível nacional e estadual. Em Brasília, a 25 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros (PTN), renuncia seu cargo cerca de 7 meses depois de ter tomado posse com o compromisso de combater a corrupção. No Sul e Sudeste do país, especialmente no Rio Grande do Sul com o governador Leonel Brizola (PTB), tem início o Movimento Pela Legalidade, que prezava pela defesa da ordem política através da posse legítima do vice-presidente João Goulart (PTB) .

Como se sabe, Jango chegou a tomar posse e assumir o governo do país mas não tardou muito para que os militares promovessem o Golpe Militar de 1964, implementando uma nova ordem repressora e anti-democrática no país. Com esse novo contexto, movimentos como o estudantil, social, obreiro e, em especial, o deste grupo de professores fosse atacado.

A partir da execução do golpe, de 1964 a 1970 a pauta referência da categoria continua sendo o aumento salarial, segundo o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 19) luta que “[...] toma fôlego através da manifestação de rua do professorado em vários pontos do Rio Grande do Sul”.

É importante destacar que o magistério, em termos nacionais, foi alvo de intensa repressão, perseguição e ameaças durante todo período da ditadura civil-militar brasileira. Inclusive, durante os Anos de Chumbo, e especialmente durante o governo de Emílio Médici as movimentações dos professores sofreram certo fretamento de acordo com Correa (2006, p. 3) “[...] de 1971 a 1975 as manifestações, as lutas e reivindicações do magistério gaúcho sofrem um refluxo devido à violência por parte dos aparelhos repressores do Estado [...]”.

No entanto, mesmo tendo sido uma das categorias mais reprimidas durante este período, os profissionais da educação não fugiram da luta e muitas vezes, até do enfrentamento. A categoria demonstrou notável apoio às iniciativas de retorno da democracia de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 12) “[...] sendo a primeira categoria do estado e a segunda do Brasil a entrar em greve após o golpe militar de 1964”.

### 2.3.2 Um recomeço na história do CPERS/ Sindicato e do Brasil

É a partir do final dos anos 1970, que o sindicalismo brasileiro passa por uma renovação de lideranças e volta a ganhar grande força em âmbitos de contexto nacional, e o CPERS não fica alheio a estas novas possibilidades:

O ano de 1976 é muito importante para a categoria, pois é a época em que são retomadas as discussões em torno das reivindicações do magistério que passam a ser discutidas publicamente através de notas na imprensa e contatos com outras categorias de trabalhadores e setores da sociedade. **É nesse ano que começava a se construir as bases para as lutas que marcaram o perfil de atuação do CPERS a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, ou seja, uma entidade que passa a perceber que as suas lutas precisam ser discutidas com a sociedade em sua totalidade, não se restringindo às suas assembleias.** (CORREA, 2006, p. 4, *grifo meu*).

Também é importante destacar que, segundo Bulhões e Abreu (1992), esse novo capítulo na história da instituição serviu como marco de rompimento definitivo da ideia do magistério como sacerdócio.

Neste ano teve início o debate com o então governador do estado, Synval Guazzelli (ARENA), que ainda que sempre protelasse as soluções para a categoria, desta vez, demonstrou interesse em atender as reivindicações dos professores. No entanto, seu sucessor (e ex vice-governador), Amaral de Souza (ARENA), mostrou-se inclinado a não honrar o acordo com a categoria. E como resposta, segundo o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 19, *grifo meu*) já “Cansados de esperar, a 4 de abril de 1979 os professores deflagram sua **primeira greve**, exigindo um piso de Cr\$ 4 mil, além dos 70% já assegurados”.

O magistério gaúcho é uma das primeiras categorias de trabalhadores a deflagrar uma greve no Estado, a qual acabaria durando 13 dias e como resultado teria a nomeação dos concursados e os 70% de aumento exigidos pelos professores em parcelas.

No ano seguinte, em 1980, Amaral de Souza, desrespeita as promessas feitas e vira suas costas à educação pública. Mais uma vez, procurando responder a atitude demagógica do então governador, ocorre uma das maiores assembleias da história da classe. Cerca de 24 mil professores reuniram-se no estádio Gigantinho<sup>9</sup> procurando mobilizar-se para enfrentar o governo. Segundo o Centro de professores estaduais do

<sup>9</sup> Ginásio Gigantinho, é um ginásio desportivo integrado ao Complexo do Estádio Beira-Rio onde as assembleias gerais do sindicato eram realizadas. Ele está situado na cidade de Porto Alegre.

Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 20) irado, o governante “[...] tenta suspender as atividades do Cpers, mas o professorado vence e a entidade mantém-se intacta”.

Como forma de resolução da greve é desenvolvido o Acordo/ 80, que além de assegurar os devidos aumentos aos professores também assegurava orçamento específico para a educação, a não punição dos grevistas, a participação do magistério no processo de ensino-aprendizagem, entre outros.

Como o acordo não foi cumprido, em 1982 segue a luta, com uma nova greve, desta vez durando apenas 3 dias. Segundo Correa (2006):

O ano de 1982 também foi marcado por um amplo debate sobre a construção de uma educação democrática, culminando com a realização (em julho) do Seminário Estadual de Avaliação e Perspectivas do Movimento do Magistério Público Estadual [...]. (CORREA, 2006, p. 7).

Em 1985, assume Jair Soares (PDS), que enfrenta uma greve de 60 dias. Além dos 2,5 salários mínimos, que era uma das reivindicações feitas em 1980, a pauta dos professores consistia nas seguintes demandas: pagamento do décimo terceiro salário, da implementação de eleições para diretores de escolas, exigência de um percentual de investimento direcionado especificamente para a educação, etc. Houveram várias propostas por parte do governador, mas nenhuma delas chegava perto da meta que a categoria almejava. Sendo assim, em 1º de julho os professores decidiram mais uma vez, mostrar a força e a voz que tinham:

[...] foi realizada uma das maiores assembleias da história da categoria - 40 mil educadores votaram, no Gigante da Beira Rio, contra a quinta proposta de Jair Soares e, para demonstrar a força do movimento, seguiram em passeata até o Palácio Pitatini. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO, 1995, p. 42).

Finalmente, em 7 de julho, na sexta proposta feita pelo governador, os professores conseguiram não só a antecipação dos 2,5 salários mínimos para novembro de 1986, mas também, a não punição dos grevistas, encerrando assim este longo período de greve.

Correa (2006) nos ajuda a ter uma ideia de como andava o contexto histórico no qual a entidade estava inserida neste período:



Apesar da crise econômica que vem deteriorando os salários não apenas do magistério, mas de toda classe trabalhadora em geral, esse é um novo momento para a sociedade brasileira. Há um clima de ebulição política com a possibilidade de avanços democráticos, há uma ampliação das liberdades políticas e de expressão. É o momento da chamada “Nova República” e de um maior envolvimento dos trabalhadores, das diversas entidades representativas da sociedade e dos movimentos sociais organizados na discussão de propostas para a Assembléia Nacional Constituinte. (CORREA, 2006, p. 7).

E se no contexto geral os trabalhadores passavam a perceber sua força, o Cpers, neste momento já com muitos anos de experiência em luta, entra, não somente na maior greve de toda sua história, como também uma das maiores em termos de Brasil e América do Sul.

Atitude provocada pela postura lamentável do governador Pedro Simon (PMDB), de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 42) diz que “[...] além de negar-se a cumprir a lei que ele próprio havia avalizado em 1985, arguiu sua inconstitucionalidade”. Também dificultou o diálogo e o atendimento às demandas da categoria. É claro que neste momento nem a categoria, composta pelos 25 mil educadores que disseram “sim” a greve no Gigantinho, sabia que ela chegaria a durar 96 dias.

Criatividade e bom humor por parte dos professores não faltaram nos três meses de paralisação. Logo surgiram as figuras do movimento - os marajás, os fantasmas, os palhaços e as viúvas da democracia, que de forma satírica ironizavam a atuação do governo que se dizia democrático. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/SINDICATO, 1995, p. 42).

O governador nomeou uma comissão integrada por membros das secretarias estaduais para tratar a questão da greve, comissão esta que, na prática, acabou não desenvolvendo nenhuma alternativa para o impasse.

A surpresa do movimento foi o descaso com que os professores foram tratados. A face sisuda do governador pautou-se pela intransigências, pela força e por ameaças. Foi preciso a intervenção da Frente Ampla de Apoio ao Magistério, da igreja e dos deputados para reabrir o diálogo, mas o governo do PMDB manteve-se no pedestal. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/SINDICATO, 1995, p. 43).

Foi então que o grupo decidiu acampar na Praça da Matriz em frente ao Palácio Piratini, onde permaneceram até o fim da greve. O local passou a ser

conhecido como Praça da Sinetas<sup>10</sup> e foi tomada por 75 barracas e equipamentos de som que serviam para manter os professores informados sobre o andamento das negociações. Os educadores também ocuparam o prédio da Secretaria Estadual de Educação, se espalharam pelos 11 andares e das janelas atiravam papéis picados enquanto os companheiros do lado de fora soavam as sinetas. No final da tarde, realizaram um enterro simbólico para o secretário de educação, Bernardo de Souza (PMDB).

Seguiram muitos atos públicos históricos pelo centro de Porto Alegre, como o “passeatão dos 40 mil”<sup>11</sup> e a passeata “Luz nas Trevas”. Atos que ocorriam também no interior de todo estado do Rio Grande do Sul. Em uma dessas ocasiões, o comando de greve chegou a permanecer pouco mais de oito horas dentro da sede do governo, comunicando-se por *walkie talkies*. Durante a manhã o comando de greve foi recebido com chá enquanto aguardavam a audiência com o governador, mas à tarde, segundo o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 45) “[...] criou-se um clima de estado de sítio: os telefones foram desligados, todo e qualquer tipo de comunicação foi interrompido e até os próprios deputados do PMDB tiveram dificuldades para ingressar no Piratini”. Segundo Correa (2006), ao analisar de forma mais retida, esta greve teria sido também uma derrota para a categoria, já que não houve acordo para que ela fosse encerrada, o que dificultou a situação da recuperação dos dias parados. Sobre as atitudes do governo, que foram as grandes responsáveis pelo prolongamento da greve, ele diz o seguinte:

Não podemos esquecer que o comportamento dos governantes não se alterava, mantendo as conhecidas estratégias de não reconhecimento da legitimidade dos movimentos, a ausência de negociação como um mecanismo de resolução de conflitos e só cumprindo os acordos anteriormente firmados sob constante pressão, tendo sido inclusive muito resistente em relação à democratização da educação. (CORREA, 2006, p. 8).

É importante destacar que ao final da greve os líderes foram chamados para depor e explicarem o motivo pelo qual haveriam permanecido no interior do Palácio Piratini durante tantas horas.

---

<sup>10</sup> A partir de 1985 a sineta se tornou um dos mais importantes símbolos da luta do professorado gaúcho, ela representa o protesto. Em manifestações ocorriam os “sinetaços” que de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 29) tem como objetivo demarcar a “[...]contrariedade em relação ao descaso com que os governantes tratam a educação pública.”

<sup>11</sup> Passeata realizada durante a greve de 1987 que partiu da Escola Júlio de Castilhos e reuniu cerca de 40 mil pessoas.

Os professores decidiram realizar uma paralisação nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 1988, neste último dia discutiram uma oferta com o Secretário de Educação, Ruy Carlos Ostermann (PMDB), onde o governo apresentou uma antecipação de 70%. Contudo, a demanda dos professores consistia em 61,65% de reposição, 15% de ganho real, além de aumentos salariais. Ainda assim, os professores colocaram a proposta em votação em assembleia geral no Gigantinho e a categoria decide não só rejeitá-la, como novamente entrar em greve, que dessa vez duraria oito dias.

Além da greve, neste mesmo ano o CPERS lançou a campanha “De Olho na Constituinte”, de acordo com as diretrizes da CNTE<sup>12</sup>, a qual era filiada neste momento. É também neste ano que o governo decide implementar o Quadro de Pessoal por Escola (QPE), que apesar de ser uma reivindicação do CPERS, em nenhum momento foi discutido com a categoria, além de ter sido utilizado para retirar importantes lideranças de suas escolas.

Ao invés de reestruturar as instituições de ensino, o QPE especial atingia a entidade representativa dos professores, jogava centenas de educadores para fora de suas aulas e deixava milhares de alunos sem mestres. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO, 1995, p. 25).

O então Secretário de Educação, Bernardo de Souza, que haveria implementado arbitrariamente o QPE acabou sendo destituído de seu cargo e o projeto acabou se tornando foco de averiguação de uma CPI.

Por fim, no dia 25 de outubro, com uma proposta de antecipação de 96%, dos quais 70% seriam em outubro e os outros 26% em dezembro, além da gratificação de unicência e questões funcionais, encerra-se a greve. O projeto de reajustes para o magistério foi enviado ao legislativo no dia 26 e já no dia seguinte havia sido aprovado.

A sétima greve da categoria ocorre em 1989 e dura 42 dias. O ponto de partida foi dado no auditório Araújo Vianna, dia 31 de abril, através da aprovação de uma pauta de reivindicações e um cronograma de mobilização. A votação pela greve ocorre só no dia 17 de maio, e os professores reclamavam os seguintes pontos:

---

<sup>12</sup> É a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação que unifica as lutas em defesa da educação a nível nacional, e em âmbitos internacionais como filiada da Internacional da Educação (I.E) e a Confederação de Educadores Americanos (CEA).

87,75% de aumento, onde 23,42% seriam de reposições referentes às perdas de novembro de 1986 e dezembro de 1988, 33,64% correspondentes à diferença do IPC (Índice de Preços ao Consumo) de janeiro e fevereiro e 13,85% do IPC de março e abril, além da garantia do pelo funcionamento das escolas e também do Plano de Carreira.

O movimento recebeu quatro propostas do executivo, as três primeiras foram rejeitadas por estarem a quem do que a categoria desejava. Enquanto esperavam receber uma proposta mais condizente com suas demandas a categoria seguia seus dias com luta:

Duas grandes passeatas foram realizadas do Gigantinho até o Piratini cobrindo um percurso de oito quilômetros cada uma, além da caminhada luminosa e dos diversos sinetaços e panfletagens em frente das Delegacias de Educação, da Secretaria de Educação e do Palácio Piratini. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO, 1995, p. 46).

Com a saída de Ostermann da Secretaria de Educação e a intermediação da bancada do PMDB, os ânimos entre governo e magistério começaram a acirrar-se. No dia 5 de julho houve o corte de pagamento que se estendeu por 14 dias, mas logo o governador Pedro Simon se viu obrigado a recuar formulando uma nova proposta para a categoria, assim como, liberando a folha de pagamento e comprometendo-se, publicamente, a pagar as alterações de níveis.

Uma nova assembléia votou pela manutenção da greve, que só se encerrou no dia 27 de julho com o governo publicando, na imprensa, o cronograma de pagamentos e as alterações de níveis. Dois dias depois, a Assembléia Legislativa, aprovou 25% a partir de 1 de maio, o IPC integral de maio e junho a partir de 1º de julho somados de 15% e o IPC de julho e agosto, somados de 10% a partir de 1º de setembro, não acumulativos.

Em 1990, no último ano de seu governo, Pedro Simon amargou com mais uma greve, que dessa vez se prolongaria por 58 dias. Dessa vez, o comando geral recorreu a notas oficiais e denúncias para pressionar o governador, que ao longo de todo seu mandato manteve uma postura que só dificultou as negociações com o magistério.

A diretoria do CPERS/ Sindicato trabalhou juntamente com a da Faspers e da Associação dos Funcionários da Caixa Econômica Estadual, onde através de uma

auto-agenda empenharam-se em aprimorar uma proposta a ser entregue a assembleia da categoria. Apesar de o chefe da casa civil ter sido irredutível, é importante destacar que dirigentes de treze sindicatos apoiaram as greves do professorado e funcionalismo, visando organizar uma mobilização geral que contestaria a política de arrocho salarial do Plano Collor.

Com relação a história da instituição é importante destacar que a categoria sempre trabalhou de forma integradora as demais entidades sindicais, assim como a própria sociedade. Estas sempre fizeram parte da postura do CPERS/ Sindicato. Para refrescar a memória, quando a instituição ainda se denominava Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) já tentava unir-se a outros funcionários públicos, tantos estaduais como municipais. Marcou presença em lutas como a revogação da Lei de Segurança Nacional, a democratização do Estado brasileiro, foi *lobby*<sup>13</sup> de destaque no processo constituinte e fez parte do coro “Fora Collor”<sup>14</sup>.

Com muita instabilidade durante o período de negociação, houve no dia 21 de maio, uma audiência de reconciliação no Tribunal Regional do Trabalho, que acabou por não contribuir com nenhum avanço para ambas as partes, já que os representantes do Executivo não possuíam poder deliberativo. Ao longo de todo esse período de duração da greve, o processo de negociações parecia não avançar, mas a categoria se mantinha firme. A proposta aceita foi a seguinte de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 48) “[...] 105,42% parcelados como recomposição do piso, garantia da inflação de maio, junho e julho, além da revisão salarial em agosto”.

A greve de 1991 começa segundo o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 48) que “[...] no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, os trabalhadores em educação rejeitaram no Gigantinho os 141,36% apresentados por Simon/ Guazzelli”. Dias depois o executivo ofereceu 151,85% que acabaram sendo rejeitados pela categoria.

Ao longo do período de negociações, houve a troca de governos. Alceu Collares, recebeu o comando de greve em 18 de março e no dia seguinte enviou uma proposta ao sindicato, que também foi rejeitada, por provocar achatamento salarial, além de descaracterizar o Plano de Carreira.

---

<sup>13</sup> Palavra inglesa usada para denominar uma atividade de pressão de um determinado grupo organizado por interesses políticos.

<sup>14</sup> Foi o grito do movimento político e popular que mobilizou brasileiros a saírem às ruas pedindo o impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992.

Posteriormente, o governador, em 22 de março, oficializou a suspensão do ano letivo, e dois dias depois enviou ao Legislativo um projeto que concedia 191,61% e logo, apresentou um substitutivo a seu próprio projeto e assumiu o compromisso de não punir os grevistas. Mas mesmo com o ano letivo suspenso, a categoria seguiu a greve e teve 19 dias de faltas não justificadas. Mais uma vez a oferta do governador foi recusada de acordo com o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 49) “[...] por não incluir a definição de uma política salarial, o compromisso de pagar o resíduo da inflação e a extensão de reajuste aos funcionários de escolas”.

Seguiram as negociações e, em assembléia geral, os trabalhadores em educação aceitaram os 191,61% oferecidos pelo governo, o Centro de professores estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995, p. 49) salienta que “[...] como parte emergencial das perdas salariais e suspenderam o movimento paredista”.

A seguir, para expôr os detalhes de cada greves, trago uma tabela com informações gerais como o ano, o período total de duração de cada uma em número de dias, bem como, as principais conquistas da categoria.

**Tabela 1** - Informações gerais sobre as greves (1979 - 1991)

(continua)

<b>Ano da greve</b>	<b>Duração total</b> (em número de dias)	<b>Acordos de Greve</b> (principais conquistas)
1979	13 dias	Conforme o Acordo/ 79: -Aumento salarial de 70% (parcelados); -Abono de faltas e não punição dos professores grevistas; - Nomeação de 20 mil concursados.
1980	21 dias	Conforme o Acordo/ 80: - 25% do orçamento do estado destinado à educação; - 2,5 salários mínimos (a partir de janeiro de 1982) - Percentuais de reajuste salarial; Criação do Quadro de Pessoal por Escola;

**Tabela 1 - Informações gerais sobre as greves (1979 - 1991)**

(continuação)

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia da efetividade e não punição dos professores grevistas;</li> <li>- Estudar e regulamentar os critérios para escolha de diretores de escola juntamente com o Cpers.</li> </ul>
		<p>Garantia da efetividade e não punição dos professores grevistas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar e regulamentar os critérios para escolha de diretores de escola juntamente com o Cpers.</li> </ul>
1982	3 dias	*Greve pelo descumprimento do Acordo 80 (cláusulas listadas acima)
1985	60 dias	<p>Conforme o Acordo/ 85:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2,5 salários mínimos (escalonados)</li> <li>- Garantia do 13º salário (a partir de dezembro de 1986)</li> <li>- 35% da receita de impostos destinados à educação (no mínimo, 10% para a conservação, manutenção e construção de escolas);</li> <li>- Eleição de diretores de escolas de acordo com os termos do projeto de lei elaborado pela Comissão Mista (SEC/CPERS).</li> </ul>
1987	96 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia de emprego aos contratados (até a promulgação da Constituição Federal, que asseguraria os devidos direitos a estes professores);</li> <li>- Garantia do Plano de Carreira;</li> <li>- Não discriminação dos aposentados;</li> </ul>

**Tabela 1 - Informações gerais sobre as greves (1979 - 1991)**

(conclusão)

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação do Acordo/ 85, reatualizando os os prazos;</li> <li>- Pagamento dos vencimentos relativos a junho de 1987.</li> </ul>
1988	9 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 95% de reajuste (70% em outubro e 25% em dezembro);</li> <li>- Unidocência;</li> <li>- Aceleração da regularização do pagamento de difícil acesso;</li> <li>- Cronograma de regularização das promoções;</li> <li>- Redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade.</li> </ul>
1989	42 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 54% de reajuste (25% em maio, 15% em julho, não cumulativos, e 10% em setembro)</li> <li>- Publicação e pagamento das alterações de níveis;</li> <li>- Nomeação de três mil professores;</li> <li>- Agilização do pagamento da unidocência.</li> </ul>
1990	58 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 105,42% de aumento salarial;</li> <li>- Garantia de reposição da inflação de maio, junho e julho;</li> <li>- Revisão salarial em agosto.</li> </ul>
1991	74 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 191,61% de aumento salarial;</li> <li>- Retirada a proposta de abono.</li> </ul>

Fonte: Autora (2019) com base no Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995).

### 2.3.3 Nadando contra a corrente



Sobre os movimentos grevistas mencionados acima, é fundamental destacar que, além do não cumprimento dos acordos, não só o magistério, como todos brasileiros, passaram a viver com a forte crise econômica que se instaurou no país a partir de 1974. Segundo Bulhões e Abreu (1992), as conquistas referentes a reajustes salariais eram corroídas por aspectos econômicos, assim como confirmam as tabelas abaixo.

**Tabela 2 - Crescimento do PIB (1968 - 1989)**

1968	11.2 %	1979	7.2%
1969	10%	1980	9.1%
1970	8.3%	1981	-3.1%
1971	12%	1982	0.9%
1972	11.2%	1983	-2.8%
1973	14%	1984	5.7%
1974	9%	1985	8.4%
1975	5,2%	1986	8%
1976	10.1%	1987	2.9%
1977	4.5%	1988	-0.3%
1978	4.7%	1989	3.3%

Fonte: Brum (1991).

**Tabela 3 - Taxa anual da inflação brasileira (1968 - 1991)**

(continua)

1968	25,35%	1980	110,255%
1969	20,35%	1981	95,18%
1970	19,26%	1982	99,72%
1971	19,47%	1983	210,99%
1972	15,72%	1984	223,81%
1973	15,54% <sup>15</sup>	1985	235,11%

<sup>15</sup> Neste ano, a taxa da inflação foi manipulada pelas autoridades econômicas da época, com o objetivo de estabelecer reajustes salariais mais baixos. Segundo o Banco Mundial, a inflação, na verdade, chegou a 22,5% acima dos dados oficiais divulgados.

**Tabela 3 - Taxa anual da inflação brasileira (1968 - 1991)**

(conclusão)			
1974	34,55%	1986	47.25% <sup>16</sup>
1975	29,35%	1987	415,84%
1976	46,26%	1988	1.037,54%
1977	38,80%	1989	1.782,90%
1978	40,83%	1990	1.476,56%
1979	77,21%	1991	277,7% <sup>17</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas - Conjuntura.

Como podemos perceber, houveram grandes quedas no crescimento do PIB (Tabela 2) chegando, inclusive, a apresentar percentuais negativos. Sem crescimento no PIB a economia fica estagnada, o que para o mercado e a sociedade significa desaceleração do consumo, inibição da produção nas indústrias, diminuições nos investimentos e contratações, até desemprego em massa, etc. Já especificamente para o magistério gaúcho, além de não haver grandes perspectivas de ganho salarial, houve na verdade, um decréscimo entre relação do vencimento básico e o salário mínimo.

Do outro lado, temos as taxas anuais da inflação (Tabela 3), que contribuem para o agravamento da instabilidade econômica, sendo esta inclusive conhecida como a Década Perdida<sup>18</sup>. Isso, pois a crise tomou proporções catastróficas logo a partir da virada da década, em 1979 a inflação foi de 77,21% para 110,255% em 1980. E assim seguiu, chegando a seu ponto crítico de 1.782,90% em 1989, tendo aumentado mais de 70 vezes de acordo com relação ao primeiro dado mencionado na tabela, 25,35% em 1968.

Ou seja, como não havia crescimento nas taxas do PIB, economicamente, as contas do Estado estavam freadas, e portanto possíveis respostas financeiras positivas não eram conquistadas com tanta facilidade. E quando ocorriam ganhos, através de longos períodos de greve e luta organizada que se multiplicaram a partir de

<sup>16</sup> Essa queda provocada na inflação, de 1985 a 1986, foi provocada pela ação do Plano Cruzado.

<sup>17</sup> Essa taxa de inflação corresponde ao meses de janeiro e outubro, segundo a Conjuntura Econômica de novembro de 1991.

<sup>18</sup> É a designação utilizada para mencionar o histórico período de crise financeira na América Latina na década de 1980, embora alguns países tenham seguido sentindo as consequências até a década seguinte.

1980, com as altas taxas da inflação essas conquistas acabavam sendo corroídas, já que a moeda sofria com grande desvalorização.

Bulhões e Abreu (1992) demonstram como a crise econômica afetou diretamente o magistério com crescentes perdas salariais:

O índice do vencimento básico real da categoria caiu de 83,28 em 1974 para 68,13 em 1977; a relação entre o vencimento básico e salário mínimo passou de 2,14 em 1974 para 1,65 em 1977, conforme estudos da subseção do DIEESE no CPERS/ Sindicato. Como os índices de reajustes deixaram de repor a inflação do ano anterior, a partir de 1977, a reivindicação salarial tornou-se central na luta do CPERS. (p. 23).

Ou seja, além de sofrer com as atitudes demagógicas dos representantes do Estado, em momentos onde a categoria alcançava seus objetivos, a situação econômica do país fazia com que os professores não pudessem colher os frutos de sua luta a longo prazo. Tanto que de 1979 a 1991, momentos de pico da crise e de início de manifestações públicas, ocorreram as maiores greve da histórica da categoria. Para finalizar trago, na tabela abaixo, trago informações que amparam esta tendência.

**Tabela 4 - Vencimento Básico Médio Real do Magistério do RS (1974 - 1991)**

(continua)

Mês/ ano	Índice de Salário Real	Vencimento Básico
1/ Jan/ 74	100	367.490,67
1974	83,28	306.046,40
1975	84,73	311.379,06
1976	78,41	288.143,47
1977	68,13	250.354,14
1978	67,28	247.260,47
1979	69,23	256.972,59
1980	59,63	219.130,02
1981	50,57	185.856,27
1982	47,23	173.577,52
1983	62,77	230.669,40

**Tabela 4 - Vencimento Básico Médio Real do Magistério do RS (1974 - 1991)**

(conclusão)		
1984	47,10	173.092,64
1985	48,97	179.976,29
1986	56,17	260.436,74
1987	45,52	167.270,49
1988	33,42	122.841,01
1989	41,25	151.594,61
1990	38,22	140.467,12
1991	26,50	97.391,23
Dez/ 91	12,61	46.351,00

Fonte: Subseção do DIEESE com base no Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul/ Sindicato (1995).

Ainda me apoiando nos dados expostos anteriormente (Tabela 2 e 3), nesta outra tabela (Tabela 4) procuro estreitar meu olhar, ou seja, passar do macro, a situação econômica do país; para o micro, a situação econômica do magistério gaúcho.

Com os dados da tabela em mãos, podemos perceber que, o índice de salário real caiu cerca de 7,93 vezes se compararmos o primeiro dado apresentado na tabela, janeiro de 1974, com o último, dezembro de 1991. O mesmo decréscimo ocorre na coluna do Vencimento Básico, chegando a 7,92 vezes quando comparamos os mesmo períodos, janeiro de 1974 e dezembro de 1991.

#### **2.3.4 As lutas atuais e a construção do Sindicato-Cidadão**

Com a virada do século e a chegada dos anos 2000 grandes mudanças ocorreram em todo mundo, tendência que se reproduziu, é claro, nos ambientes sindicalistas. Isso pois a década de 1990 é marcada pelos altos índices de desemprego no país. Bulhões (1992), caracteriza o problemático seguimento que os sindicatos viriam a enfrentar nessa nova era:

O movimento sindical depara-se, hoje, portanto, com problemas muito mais complexos do que aqueles do início da década de 1980. Esgotou-se o padrão de acumulação capitalista concentrador e dependente vigente até então, crescendo a recessão e o desemprego. A maioria da população, sem as mínimas garantias de cidadania, tem enfrentado a luta diária pela sobrevivência desacreditando dos caminhos coletivos para a solução de seus problemas. (BULHÕES, 1992, p. 115).

Estando consciente desse novo desafio, o CPERS e muitos outros sindicatos, passam a rever suas atitudes e procurar novos modos de renovação da luta, já que agora além de buscar por melhores condições de trabalho e remuneração salarial, a luta é também em prol da manutenção de empregos, da instrução desses trabalhadores e da garantia de seus direitos básicos como cidadão. Ao enxergar essas novas demandas muitos sindicatos, especialmente o CPERS, passam a defender firmemente a ideia do Sindicato-Cidadão.

A reflexão e prática dos trabalhadores sinalizam para um novo tipo de organização, o 'sindicato-cidadão', que procura construir uma contratação coletiva que também assuma os interesses de setores da população e trabalhadores 'excluídos', em diversos campos: moradia, seguridade social, renda mínima, educação, saúde, transportes, crianças e adolescentes, etc. (LIMA; LOPES, 2005, p. 17).

É importante destacar que nesse novo momento, para o próprio Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul, o trabalhador e a própria instituição passam a ter outro significado e função:

[...] o trabalhador é pensado não apenas como um assalariado, mas como um cidadão completo, isto é, um sujeito social ativo, localizado dentro de um espaço político mais amplo, num projeto coletivo de transformação social. Portanto, o sindicato precisa tornar-se um instrumento a serviço do processo de apropriação da cidadania e de politização da sociedade. (CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO, 1995, p. 127, *grifo meu*).

Se ao longo de sua história a entidade teve um papel marcante entre os sindicatos estaduais e nacionais, lutando contra a repressão e as tentativas de desvalorização da educação pública, especialmente pelos governos estaduais do Rio Grande do Sul. Na atualidade, o sindicato incorpora a sua luta contra as ideias neoliberais, que ganham força em todo mundo e acentuam as desigualdades e a exclusão social.

O magistério do estado, assim como a educação de modo geral, vive uma das maiores crises de sua história. Não só os professores estaduais, como grande parte do funcionalismo público gaúcho enfrenta a dura realidade das privatizações, da falta de previsão para recebimento dos salários, os atrasos e parcelamentos se tornaram comuns. Além disso, há falta de concursos públicos, número crescente de contratados, fechamento de escolas e falta de manutenção das que seguem ativas.

É neste cenário que magistério gaúcho resiste, enfrentando a falta de interesse e participação do Estado através de seus princípios neoliberais entreguistas e com o menor piso salarial do país.

#### **2.4 O conceito de Memória e suas multifaces**

O conceito de memória foi crucial para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso e por esse motivo, além de sua complexidade, foi necessário utilizar distintos autores, ainda que Le Goff (1990) e Halbwachs (1990) tenham servido como base.

Halbwachs (1990) diz que a memória deve ser vista, antes de tudo, como social e coletiva, e por isso deve-se ter em mente que ela está sujeita a transformações e mudanças constantes. Ele afirma que ela é uma recriação do passado a partir de questões sociais já definidas.

No entanto, ainda que o seu conceito seja utilizado nas ciências humanas, e especialmente na sociologia, para falar sobre ela, se torna também necessário reconhecer suas multifaces dentro das diversas áreas do conhecimento nas quais ela transita. Por isso, se torna necessário abordá-la com certa prudência, a fim de não negligenciar sua homogeneidade e constante transitoriedade.

Partindo do conceito mais popular, mencionado por Le Goff (1990), a memória seria a capacidade de conservar informações, o que remete a um conjunto de funções psíquicas, devido as quais o homem é capaz de atualizar impressões e informações passadas. No entanto, se assim pensarmos, talvez pouco tenha a memória a ser utilizada pelas ciências humanas, mas sim pela psicologia e a biologia, e suas subáreas.

[...] de modo a superar a inadmissível avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, devemos pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo antes ser compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico, no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante. (BARROS, 2009, p. 37).

Isto é, o ato de organização e manutenção dos acontecimentos é determinado por questões sociais e específicas do indivíduo ou do grupo ao qual ele pertence. Existem motivos diversos que fazem com que esse processo de revisão preserve algumas memórias e outras não. Assim como, outras sejam constantemente alteradas. É a partir daí que os pesquisadores passam a aproximar a memória dos estudos ligados ao campo das ciências humanas e sociais, pois estes motivos são determinados por questões sociais.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1984, p. 19).

Segundo Barros (2009), esta dialética de lembrança e esquecimento deixa de ser limitação para a historiografia e passa a ser um fator de enriquecimento de perspectivas sobre a história. Isso pois nesse processo de reconstrução e reorganização das lembranças entram os conceitos de Memória Individual e Memória Coletiva. Segundo o autor, indo de encontro com o material de Halbwachs (1990) nas duas há uma dimensão social:

Isso porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstruir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados. Isso sem considerar o que é ainda mais importante: a memória individual requer como instrumental palavras e ideias, e ambas são produzidas no ambiente social. Dito de outra forma, se no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última, instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado”. (BARROS, 2009, p. 44).

Neste sentido, e pensando na utilização da memória para construção desta pesquisa, sigo o pensamento de Halbwachs (1990) quando o autor conjectura que as vidas humanas, com suas diversas consciências sociais produzem tanto Memória Individual quanto Memória Coletiva, já que elas se contaminam entre si mesmas, como mencionado acima.

E para finalizar, trago o problema que Le Goff (1990) denomina de perturbações da memória que também estão presentes nesta pesquisa:

[...] num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação do indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 367).

O autor menciona a amnésia - doença que se caracteriza pela perda parcial ou total da memória, de modo permanente ou temporário - para tratar da questão de uma amnésia social a aproximando de um indivíduo que sofre desta doença e perde tudo que faz com que ele fosse quem era.

Imaginem se esquecêssemos de eventos que abalaram os alicerces da história da humanidade como as guerras, revoluções, conquistas e invasões que culminaram na sociedade como a conhecemos hoje. Somente essa tentativa de conceber uma sociedade sem memória pode ser amedrontadora pois sabemos que deixaríamos de ser quem somos e também não teríamos ideia do que poderíamos vir a nos tornar, como indivíduos e como sociedade.

Contribuindo com a discussão sobre os problemas da amnésia, Barros (2009) diz que:

[...] a **História nasce da Memória**, ou ao menos se estabelece no mundo grego umbilicalmente ligado a esta, já que o principal objetivo da História, conforme formulado por Heródoto, era evitar que fossem esquecidas 'as grandes façanhas dos gregos e dos bárbaros.' Tratava-se de preservar aquilo que merecia ser lembrado daquele que parecia ser o destino comum a todas as coisas, que era ser apagado pelo Lethes, o 'rio do esquecimento. (BARROS, 2009, p. 38, *grifo meu*).

Se tomamos como verdadeiro o que diz o autor quando fala que a História nasce da Memória podemos concluir que sem Memória não há História. Para a



sociedade, o “rio do esquecimento” mencionado acima pode ser, a morte de uma geração ou grupo que sobreviveu a um abalo nas estruturas da sociedade e que deixou de existir antes de poder fazer com que suas memórias fossem transformadas em documentos, estudadas, compreendidas e conhecidas pelas novas gerações de uma sociedade em constante mudança. Ou também, por terem falhado em fazê-lo.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida de agosto a dezembro de 2018 e de agosto e dezembro de 2019, através da realização de entrevistas com cinco professoras, a maioria já aposentadas, vinculadas ao 17º Núcleo do CPERS/ Sindicato, situado no município de Bagé, Rio Grande do Sul.

A partir de uma visita ao 17º Núcleo foi solicitada uma lista com o contato de professores vinculados ao sindicato que tenham participado do movimento grevista no período de 1979 a 1991. Após obter essas informações, optou-se por investigar apenas a perspectiva feminina, chegando ao número de 8 professoras. Através de uma ligação as participantes receberam informações com relação aos temas gerais a serem tratados e foram convidadas a participar da pesquisa.

Ao final, cinco professoras confirmaram o interesse em colaborar com a pesquisa e neste mesmo momento foram programadas as datas, horários e locais a serem realizadas as entrevistas. Para a grande maioria das professoras o local de escolha foi a sua própria residência, e apenas uma delas escolheu uma livraria no centro da cidade.

Ainda que as entrevistas fossem semi-estruturadas, foi utilizado um questionário (Apêndice A) com dez perguntas abertas como objetivo de guiar e organizar a narrativa das participantes. Junto com o questionário também foi apresentado um termo de autorização de uso de imagem e voz (Apêndice B) que deveria ser preenchido e assinado pela participante, caso realmente se confirmasse o interesse em participar da investigação. As entrevistas foram filmadas e tiveram duração média de noventa minutos.

As perguntas tratavam de questões gerais como a caracterização do período, com enfoque na sociedade brasileira e a educação pública durante o período delimitado e questões específicas como as relacionadas a Memória, a situação delas como mulheres e professoras grevistas e o atual relacionamento com os representantes do Estado.

A escolha da História Oral como metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa se deu pois:

A História Oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, **reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas**, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas. (MATOS; SENNA, 2011, p. 107, *grifo meu*).

Essa ferramenta tem se desenvolvido muito ao longo dos anos graças ao crescente interesse pela história de indivíduos e grupos marginalizados, como neste caso, mulheres professoras que se dispuseram a compartilhar suas memórias através dos relatos de suas experiências. A História Oral está diretamente ligada à Memória e, ainda que a memória possa parecer imprecisa e desordenada em alguns momentos, é uma ferramenta interdisciplinar rica no que diz respeito às ressignificações e reconsiderações que agora somos capazes de fazer sobre o passado.

Como já mencionado, o período abrangido nesta pesquisa está configurado entre 1979 a 1991, e vinculado a este período temos importantes e complexos acontecimentos na história do Brasil. Ainda que a expectativa nestes anos fosse de encontrar uma luz no fim do túnel com a possibilidade de encerramento do período civil-militar, se deve olhar para este ciclo como um todo. Isso pois, ainda que esta pesquisa tenha um recorte específico em anos de maior abertura política, se compararmos com os Anos de Chumbo, a vida dessas mulheres não teve recorte algum, elas viveram todo este período a flor da pele. Não podemos deixar de mencionar a violência, a repressão e a cassação de direitos humanos, civis e políticos as quais essas mulheres estiveram expostas, de modo direto ou indireto. Afinal, todas elas viveram parte de sua infância ou vida jovem sob o regime.

Foram disponibilizados as participantes da pesquisa um roteiro de perguntas um pouco antes do início das filmagens, com o objetivo de que as mesmas se situassem de modo mais específico em relação as perguntas feitas durante entrevista.

### **3.1 Participantes da pesquisa**

Como já mencionado anteriormente, participaram desta pesquisa cinco professoras vinculadas ao 17º Núcleo CPERS/ Sindicato em Bagé, e que participaram dos movimentos grevistas da instituição de 1979 a 1991.

Estas professoras trabalharam com crianças, adolescentes e adultos em suas salas de aula da rede estadual no município de Bagé e região, lecionando em diferentes áreas do conhecimento, do ensino fundamental até o ensino médio ou

politécnico. Atualmente, tanto as aposentadas, quanto as ativas, seguem participando das atividades desenvolvidas pela instituição em distintos níveis e tem participação ativa também em outros grupos políticos e até religiosos.

É importante destacar que as entrevistas foram realizadas entre o período final da acirrada campanha presidencial de 2018, entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), onde fenômenos como *fake news* e a marcante polarização foram os protagonistas. As entrevistadas demonstraram forte contrariedade à eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (PSL), devido às suas declarações em prol do Golpe de 64, inclusive prestando homenagens ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>19</sup>, durante a votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

A partir dos dados fornecidos pelas próprias participantes, foi possível organizar uma tabela com informações relevantes sobre a trajetória de cada uma delas. A tabela traz as seguintes informações: pseudônimos (1-5), atividades profissionais desenvolvidas (no passado e na atualidade) e atividades desenvolvidas dentro do próprio sindicato (no passado e na atualidade).

**Tabela 5** - Informações sobre as participantes da pesquisa

(continua)

<b>Pseudônimos</b>	<b>Atividade profissional (anteriormente e atualmente)</b>	<b>Atividades no sindicato (anteriormente e atualmente)</b>
<b>Eva</b>	Atuou como professora no Ensino Fundamental e como Orientadora Educacional em escola Politécnica no município de Bagé; Atualmente é aposentada.	Associada ao CPERS/Sindicato, foi membro da diretoria atuando como tesoureira e secretária do 17º Núcleo por repetidas vezes; Atualmente participa das atividades do sindicato como aposentada.

<sup>19</sup> Também conhecido pelo codinome de Dr. Tibiriçá, foi coronel do Exército Brasileiro e chefe do DOI-CODI (1964-1985). É considerado o grande responsável pela institucionalização das práticas de tortura no Brasil, foi o primeiro militar brasileiro a ser reconhecido como torturador graças as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

**Tabela 5 - Informações sobre as participantes da pesquisa**

(continuação)

<b>Olga</b>	Atuou como professora na rede estadual do município de Bagé; Atualmente é professora aposentada e atua como advogada.	Associada ao CPERS/Sindicato, foi membro da diretoria do 17º Núcleo por repetidas vezes; Foi membro da direção estadual da CUT representando o sindicato; Ocupou cargos políticos no governo municipal e estadual diversas vezes.
<b>Anita</b>	Atuou como professora da rede estadual em séries iniciais, no município de Bagé e municípios vizinhos na zona rural. Também ocupou cargos de supervisão, orientação e direção em escolas. Atualmente é professora aposentada em uma de suas matrículas e na outra segue em atividade.	Associada ao CPERS/Sindicato, foi membro da diretoria do 17º Núcleo atuando como tesoureira diversas vezes; Atualmente segue como membro da diretoria do 17º Núcleo como tesoureira.
<b>Luz</b>	Atuou como professora da rede estadual em séries iniciais no município de Bagé, foi professora de matemática e ciências (com ênfase em biologia). Atualmente é professora aposentada.	Associada ao CPERS/Sindicato; Atualmente participa das atividades do sindicato como aposentada.

**Tabela 5** - Informações sobre as participantes da pesquisa

(conclusão)		
<b>Petrona</b>	Atuou como professora da rede municipal e estadual no município de Bagé, foi professora de séries iniciais, educação física e sociologia. Atualmente é professora aposentada.	Associada ao CPERS/ Sindicato; *Não mencionou informações atuais com relação a sua situação no sindicato.

Fonte: Autora (2019).

Os pseudônimos foram designados pela autora, com o objetivo de preservar a privacidade das professoras. Eles foram escolhidos levando em conta o que veio a conhecer-se de suas histórias de luta e de vida, assim como suas personalidades. Os pseudônimos utilizados fazem referência a importantes figuras femininas latino-americanas que, assim como as participantes da pesquisa, tiveram suas vidas marcadas pela luta.

Sobre a primeira participante, que aqui recebeu o pseudônimo de Eva<sup>20</sup>, pode-se dizer que representa a combinação de ternura e força. Mesmo com a idade já avançada, segue presente nas atividades dos grupos da Igreja que frequenta, além das atividades no próprio sindicato.

Em contraste, a segunda participante, que recebeu o pseudônimo de Olga<sup>21</sup>, é uma mulher que cativa pela consciência e o discurso político apaixonado. Expõe seus posicionamentos, seu protagonismo sindical e partidário, além seus conflitos pessoais de modo eloquente. Como mulher divorciada, sofreu com olhares desconfiados e com

<sup>20</sup> María Eva Duarte de Perón (1919-1952), popularmente conhecida como Evita, foi uma atriz e importante líder política argentina. Muito além do seu título de primeira-dama, entrou para a história pelo protagonismo de quem lutou pelas causas femininas e pelos menos favorecidos. Realizou viagens diplomáticas internacionais sem o marido, trabalhou intensamente em sua fundação, construindo hospitais, distribuindo roupas e alimentos, além de investir no ensino público. O cortejo de sua morte levou milhões de argentinos às ruas, e até hoje sua imagem detém grande prestígio perante a sociedade, sendo reconhecida como a “mãe dos pobres”.

<sup>21</sup> Olga Benário (1908-1942), foi uma militante comunista alemã de origem judaica. Veio ao Brasil em missão de apoio ao Partido Comunista Brasileiro, aqui seguiu executou diversas missões e se casou com Luís Carlos Prestes. Após serem presos no Brasil, Olga foi deportada para a Alemanha nazista e na prisão descobriu sua gravidez. Teve contato com a filha, Anita Leocádia Benário Prestes, até o período de amamentação, que posteriormente foi entregue a avó. Foi executada em uma câmara de gás aos 34 anos de idade no extermínio de Bernburg. Sua luta como militante e seu sofrimento como mãe se tornou referência de resistência e protagonismo feminino.

dedos que apontavam para uma possível “destruidora de lares” nos anos 1980. Criou, em sua própria casa, um pequeno museu de sinetas, símbolo das manifestações do CPERS/ Sindicato, e as menciona com o orgulho de um colecionador que possui uma relíquia extraordinária em mãos.

Enquanto Anita<sup>22</sup> parece ter ocupado espaços políticos e de militância desde a infância e essas lembranças da herança política vem do próprio núcleo familiar. Seu pai foi vereador no município de Bagé, e a presença dela em comícios desde muito cedo era natural, na adolescência participou do grêmio de sua escola e anos depois se inseriu no ambiente de lutas do CPERS. Acompanhando essas lembranças felizes da infância, Anita também relembra vividamente a constante tensão que a família viveu durante o regime. Além de amigos e conhecidos, ela também contou a história de um tio, militar do Exército e homem letrado, que foi preso e expulso da instituição por ter livros considerados “subversivos” em uma estante em sua casa.

Já Luz<sup>23</sup>, recorda os anos de dedicação as aulas de ciência, especialmente biologia, com muito orgulho e o saudosismo de quem já possui uma idade avançada. Ela e uma colega professora foram pioneiras ao se filiarem ao movimento grevista morando no município Dom Pedrito, sua cidade natal e onde iniciou sua história como professora. Ela relembra com muito bom humor o comportamento dos demais colegas e até membros de sua própria família com relação a sua atuação sindicalista como relata Luz (2019).

*[...] quando chegamos na sala dos professores, minha amiga dizia que parecia que a gente tinha lepra porque todos iam saindo da sala. (LUZ, 2019).*

---

<sup>22</sup> Anita Leocádia Benário Prestes (1936 - atualmente), filha de dois importantes militantes políticos brasileiros cujo o contexto político brasileiro impactou sua vida desde antes do seu próprio nascimento, que ocorreu em um campo de concentração onde a mãe viveu seus últimos anos de vida antes de ser executada. Anita desenvolveu diversas pesquisas e escreveu livros sobre a trajetória política de seus pais, especialmente de seu pai. Foi professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro e é presidente do Instituto Luiz Carlos Prestes.

<sup>23</sup> Luz Amparo Triana-Moreno (1977- atualmente) é uma importante bióloga colombiana. Como mulher cientista enfrentou muita resistência e diversos obstáculos ao longo de seu caminho. A própria família não apoiava seu interesse pela ciência, imaginando que aquele não era seu lugar por ela ser mulher. No entanto, a combinação de sua insistência, rebeldia e dedicação lhe transformaram em uma importante profissional no seu campo de estudo. Atingiu sucesso profissional e acadêmico no exterior onde realizou diversas investigações e atualmente ajuda a formar novos profissionais na área da microbiologia na Universidad de Caldas na Colombia.

A quinta e última participante, demonstrou imensa sensibilidade e por diversas vezes, não conteve as lágrimas ao lembrar esse marcante momento de sua vida. Petrona<sup>24</sup> é uma mãe coruja, e deixa claro o quanto sua luta também estava direcionada a garantir o acesso à educação gratuita e de qualidade para crianças como seus filhos. Por diversas vezes mencionou as conquistas acadêmicas de seus filhos através da educação pública e demonstra preocupação com o futuro do país, pensando na educação dos netos. No final da entrevista, lembrou, mais uma vez emocionada, o dia em que descobriu que sua filha caçula teria aprendido a ler com os materiais grevistas da época, relata Petrona (2019).

*Eu não tinha ideia de que ela já sabia ler, aí um dia nós estávamos em casa e ela pegou um panfleto do Cpers e leu em voz alta: 'A luta do Cpers é a luta dos assalariados. (PETRONA, 2019).*

---

<sup>24</sup> Petrona Rosende (1787-1862) foi a primeira jornalista rioplatense da história, ocupava lugar de certo prestígio perante a sociedade da época por sua dedicação a educação e por ser a única mulher a publicar textos no Parnaso Oriental, antologia poética uruguaia. Além disso, criou La Aljaba, um jornal totalmente desenvolvido por ela para o “sexo frágil”. Nele, Petrona defendeu o direito à instrução para as mulheres e trouxe ao público temas referentes ao universo privado das mesmas.



## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

Nesta seção, busco analisar e discutir os dados obtidos através dos instrumentos de pesquisa utilizados e da literatura pertinente. A discussão dos dados está organizada em seções criadas de acordo com os objetivos gerais e específicos e temas neles inseridos.

Desse modo, além de atender aos objetivos desta pesquisa, será possível promover reflexões com relação a situação atual das lutas pela educação pública dentro do movimento sindical e o protagonismo feminino dentro da luta sindical, etc. Sem dúvidas, os resultados desta pesquisa também poderão trazer contribuições para além do meio acadêmico, já que através da História Oral e da Memória é possível trabalhar também com a vida histórias de vida que estão em constante movimento, e com as quais se deve interagir com extrema sensibilidade e respeito.

Como já mencionado anteriormente, a partir dos dados coletados será possível responder meus objetivos. Não esquecendo que a análise dados foi gerada através de entrevistas gravadas em vídeo com professoras associadas ao CPERS/ Sindicato e envolvidas em suas mobilizações grevistas de 1979 a 1991.

### **4.1 Memória feminina sindical como forma de resistência**

Nesta subseção, procuro responder meu objetivo geral, tentando compreender o significado da Memória para o esse grupo de mulheres que participaram movimento de lutas do CPERS/ Sindicato entre 1979 e 1991, recorte deste Trabalho de Conclusão de Curso.

É fundamental destacar que, como já mencionado anteriormente, o conceito de Memória pode ser considerado complexo por se estender a distintas áreas, onde também é, tratado e estudado de diferentes modos. Sendo assim, optou-se então por não fornecer qualquer informação ou orientação sobre o conceito de Memória empregado nas perguntas. Esta foi uma escolha da investigadora, com o objetivo de evitar qualquer possível contaminação no relato das participantes.

Quando questionadas sobre qual seria a importância da memória, cada uma delas associou a palavra a sinônimos muito similares entre si, como será apresentado a seguir. Também em alguns casos, as próprias professoras se questionaram sobre

questões teóricas problematizadas pelos autores utilizados como referência nesta pesquisa, como por exemplo a da amnésia social.

As participantes deram a palavra memória grande poder. Para elas, a memória poderia ser uma das principais responsáveis pela resistência manutenção da luta sindical na atualidade, conforme menciona Petrona (2019):

*É importante que outras pessoas possam ver e ouvir. Porque talvez isso possa ser um porto de saída, de pensar: “Meu deus, olha quanta coisa foi possível fazer! Porque agora a gente vai ficar sentado esperando? Esperando o que?. [...] Eu acho que toda memória é importante, né? **Um povo sem memória não tem história.** Então a história do sindicato tem que ser divulgada mesmo, tem que ser vista de uma forma de análise, né? Enxergar e analisar: Era isso então? Porque não continuar? Porque se acomodar?. (PETRONA, 2019, grifo meu).*

Isso pois, ao longo da entrevista, indo de encontro com o contexto sindical atual apresentado na Fundamentação Teórica, todas as participantes foram unânimes em destacar a crise instaurada dentro do sindicalismo brasileiro na atualidade. Inclusive, com o objetivo de dar dimensões a essa crise, a grande maioria das participantes mencionaram participarem de atividades dentro do grupo de aposentadas do CPERS como forma de movimentar este cenário, tentando conscientizar e atrair novos associados, além de dar voz as necessidades específicas do grupo participando de Encontros Regionais dos Aposentados, etc.

Outras questões como autocrítica, resgate, conhecimento e de balanceamento surgiram ao responderem a pergunta. Elas falaram de memória como uma máquina do tempo, num constante movimento de ir e voltar. E seriam nessas idas e vindas de exercício da memória como espaço vivo a ser compartilhado, que viria à tona a possibilidade de respostas para o presente e futuro através da resistência. Nessa lógica, ao conhecer a memória desta geração ocorreria um despertar na luta da nova geração de professores. Conforme destaca Olga (2018):

*Aquele que conhece a história consegue influir no seu presente. E resgatar a memória é fazer com que essa história viva, por alguns minutos, mas viva. E por menos que isso seja ouvido por um grande número de pessoas, por algumas vai ser ouvido. E por algumas dessas algumas, vai influir. E influir, acredito eu, positivamente. É fazendo a leitura da história, tanto do que se teve de bom, quanto do que se teve de ruim, que eu percebo o que eu quero na sociedade em que vivo. Eu quero ser sujeito ou eu quero ser coadjuvante? Cada um escolhe seu papel e triste daquele que passa por essa vida sem alguém que lembre desse trabalho feito, nem que seja por uma vez. Memória é isso. (OLGA, 2018).*

Anita (2019) segue este mesmo pensamento, ela vê a possibilidade de demonstrar o caminho que elas percorreram e as metas que alcançaram como modo de mobilização da nova geração.

*Eu acho importante pois a partir daí [da memória] talvez eles vejam tudo que a gente conseguiu. Porque nada a gente ganha de mão beijada, para tudo é preciso lutar. [...] Se eles não lutarem nós nunca vamos ter nada. Vamos seguir sempre debaixo da bota de algum milico, né?. (ANITA, 2019).*

Eva (2018) também relembra a luta dos presos políticos, mortos e desaparecidos do período:

*Da gente lembrar todo esse pessoal que trabalhou nisso tudo. Quanta gente que foi assim... perseguida, que foi maltratada e que foi presa. É importante lembrar esses fatos para sentir o peso de toda uma história. De não se perder, de continuar trabalhando, lutando e fazendo alguma coisa. (EVA, 2018).*

Ao longo de sua fala, fica claro o compromisso que tem em resistir. Resistir pelos que lutaram e sofreram ao longo do período; resistir por ela mesma, como representante do magistério gaúcho e resistir pela sociedade em que vive. Mas além de sua própria resistência como indivíduo, Eva (2018), assim como todas participantes, estampam sua frustração ao mencionar o atual enfraquecimento do movimento grevista do CPERS/ Sindicato.

Para finalizar, trago a fala de Petrona (2019):

*Conhecer a história do sindicato eu acho que é motivador. Eu acho que realmente deve ser visto por professores, por outras pessoas, como um exemplo de que se foi possível conquistar tudo que se conquistou então continua sendo possível. Eu sou uma pessoa otimista e esperançosa, sempre! Eu não quero perder essa esperança, continuo acreditando que a gente vai sair desse período aqui e vai dar um salto. Não é possível! Eu acho que agora é o momento de enxergar as coisas que não podem acontecer, para dizer: “Não, não. Não quero isso! Isso não pode acontecer!” Eu acredito! Rezo para isso. (PETRONA, 2019).*

O relato de Petrona (2019) é cheio de esperança na possibilidade de que a Memória possa revitalizar e reorganizar uma resistência dentro da instituição. Ainda que a realidade atual seja distinta da enfrentada por elas durante os anos 70, todas relataram a importância da resistência em um contexto que é sim democrático mas que, no entanto, ainda reprime, desrespeita e vira suas costas para a educação pública e os profissionais da educação.

#### **4.2 A revolução foi feminina: as particularidades de um movimento composto majoritariamente por mulheres**

Com relação as particularidades deste movimento, pretendo destacar ao longo desta sessão da análise de dados os seguintes aspectos: a atmosfera dentro da entidade sindical, ações desenvolvidas por elas e o relacionamento com o CPERS/ Sindicato e as companheiras de luta.

Primeiramente é necessário destacar que o caráter do movimento de lutas protagonizado por elas foi pioneiro, conforme destaca Luz:

***“Na história do magistério a gente nunca ouviu falar em greve do magistério. A gente ouvia falar em greve dos metalúrgicos do ABC paulista, greve dessa e daquela categoria, mas greve do magistério jamais”. (LUZ, 2019, grifo meu)***

Mas além de ter sido pioneiro, ele foi feminino. As participantes da pesquisa foram unânimes em relatar que toda a atmosfera pesada ficava do lado externo, entre elas a base era a união, o comprometimento com a luta, amizade, respeito e irmandade.

*Mulheres pensam como mulheres, então a gente se organizava de uma forma feminina. [...] houveram períodos em que a gente passava ali dentro, inclusive, algumas passando uma certa dificuldade financeira, eram ajudadas. Era uma coisa bem próxima, bem de mulher mesmo, de amiga e de parceria. Não sei se fosse metade, homens e mulheres, se seria da mesma forma que a gente andaria. Eu até esse momento, até antes de tu me perguntar, eu não tinha pensado nisso. Mas realmente, **o movimento era feminino. As ações eram femininas.** Fazer almoço na praça, carreteiro na praça... acho que os homens não pensariam em fazer um carreteiro na praça para distribuir para a população enquanto dizia o objetivo da greve, a proposta, o que a gente queria, pelo o que a gente estava lutando. Acho que é por aí assim, o movimento era feminino. E em todo estado, né? Todas as ações até hoje a maioria são mulheres. [...] eu conheci outras pessoas, grandes amigas até hoje, eu conheci através das greves. **E a gente se identificava com o mesmo propósito, com a mesma vontade de mudar as coisas, de lutar por uma escola melhor.** [...] Acho que a sociedade via muito assim: “Ah, querem melhorar o salário, querem o 13º, querem plano de carreira.” Mas não era só isso que a gente queria. **A gente queria, e quer até hoje, eu sou aposentada mas até hoje eu quero uma escola melhor.** (PETRONA, 2019, grifo meu).*

Com o relato de Petrona (2019) podemos perceber diversas particularidades dentro do movimento desenvolvido por elas, entre elas se destacam as ações a serem desenvolvidas pela categoria e o próprio relacionamento entre elas.

Elas entendiam que através do diálogo poderiam conscientizar a sociedade e conseguir seu apoio. As demais participantes dão exemplos práticos deste posicionamento:

*[...] nós procuramos trabalhar junto com os pais nas nossas escolas. Nós chamávamos reuniões com os pais, nós explicávamos a situação para os pais, nós conversávamos com nossos alunos e tínhamos sim o apoio da comunidade. (OLGA, 2018).*

Anita (2019) também relata sua experiência com a postura de informar a comunidade escolar:

*[...] eles entendiam perfeitamente porque a gente fazia muita reunião, a gente mostrava contracheque, a gente ia para praça, eles sabiam que era uma vergonha o que os professores ganhavam e que agora continua, infelizmente. (ANITA, 2019).*

Já no que diz respeito a sua realidade enquanto mulheres, e especialmente mães, complementando o que já havia comentado acima, Petrona (2019) diz o seguinte:

*Os filhos ficavam. Algumas se organizavam, eu por exemplo, tinha uma amiga e nós deixávamos os nossos filhos todos juntos com uma pessoa. Ela tem dois filhos e eu tenho quatro. A gente juntava todos em uma casa só e deixava uma pessoa cuidando e entre as duas pagávamos aquela pessoa para ficar com nossos filhos. A gente sempre naquela situação, **a mãe de alguém ou a avó de alguém**. E era bate e volta: a gente ia, participava do movimento, o movimento terminava, a gente voltava e de manhã já estávamos aqui. De madrugada a gente já estava aqui, chegávamos 5 ou 6 horas da manhã. A gente retornava e continuava o movimento na cidade. **E aí aqui era mais fácil, tu participavas de uma caminhada e os filhos iam junto**. Tem muitas fotos das greves com as crianças junto, participando. E as crianças entendiam, claro. Se tu estavas naquele movimento e estavas sempre falando, sempre conversando. Então as crianças entendiam, eles apoiavam e gritavam junto. Era isso, a situação era essa. Era difícil!.(PETRONA, 2019, grifo meu).*

Ela se refere as assembléias e demais manifestações que exigiam sua locomoção até Porto Alegre, viagens as quais os filhos não acompanhavam, e logo contrasta com o cenário em Bagé onde eles estavam presentes. A partir desse relato

fica claro a importância de ter mulheres, e ainda mais mulheres mães, envolvidas na luta, já que elas se organizavam de forma coletiva para deixar seus filhos com alguém responsável. E outra questão importante é que essas figuras responsáveis por cuidar dos filhos na ausência de suas mães eram sempre figuras femininas, outras mulheres mães, avós ou amigas. Ainda que algumas das participantes tenham mencionado seus maridos, nunca no sentido de serem também responsáveis pelo cuidado de seus filhos nestas ocasiões.

Outro exemplo de particularidade é o respeito para com as lutas dos trabalhadores, Petrona (2019) menciona a integralização do CPERS/ Sindicato com outras categorias que se intensificou a partir da década de 1970. Aspecto que, segundo Anita (2019) tem tentado se manter na atualidade por acreditarem na importância da luta unificada, especialmente no caso dos servidores públicos gaúchos que enfrentam a dura realidade dos salários parcelados, atrasados e sem reajustes há quase 5 anos.

Ainda com relação a consciência das participantes para com reivindicações dos trabalhadores há também o exemplo de Olga (2018) que chegou a ocupar um cargo na Coordenadoria de Educação durante o governo de Tarso Genro (PT) e neste momento fez a diferença.

*Eu tenho um exemplo que aconteceu num dia de movimento do magistério em que a Brigada Militar se postou na frente da Coordenadoria de Educação. Eu imediatamente liguei para o Comando da Brigada Militar e disse: “Esta é uma casa de educação, nós não precisamos de policiamento.” E eles me responderam: “Mas os professores podem invadir.” E eu disse a eles: “**Não, eles não vão invadir pois vão ser convidados a entrar.**” E então eles me perguntaram: “Mas a senhora se responsabiliza pelo patrimônio público?” E eu respondi: “Eu me responsabilizo!” E assim foi, e assim foi durante os quatro anos de governo. (OLGA, 2018, grifo meu).*

Com esta história Olga (2018) demonstra respeito para com a luta do magistério, mesmo quando a luta era contra ela, ou contra o governo o qual ela representava. Além disso, relembra um momento na história do estado do Rio Grande do Sul onde os professores eram respeitados e existia interesse em dialogar, situação muito destoante da realidade atual enfrentada pela categoria.

Além dessas características relativas a sua organização como militantes, e especialmente, como mulheres militantes, Anita (2019) destaca também o sentimento de pertencimento a instituição.

*Era ótimo, eu me renovava junto com as colegas. **Eu sempre fui grevista, sempre fui CPERS!** Sempre militei no CPERS e agora sou da direção como tesoureira aqui no 17º Núcleo. Já não duas gestões em que eu participo, fora 1/ 1000 também. (ANITA, 2019, grifo meu).*

Enquanto Olga (2018), assim como todas as outras professoras, demonstra o orgulho de terem protagonizado essa batalha que deu frutos.

*Eu tenho muito orgulho disso que estou te dizendo, vou contar para os meus netos para que eles saibam que um dia, **a gente não fez tudo que precisava mas fez tudo que era possível fazer. Que a gente tentou de todas as formas construir uma sociedade melhor para todos, não para alguns.** Porque nós fomos criados em um tempo onde a sociedade era boa para alguns, que tinham dinheiro e exerciam poder. A satisfação que a gente tem de ver hoje a possibilidade das pessoas entrarem em uma universidade federal, ela é gigantesca! Porque ela é fruto da nossa defesa pela escola pública de qualidade. [...] Exatamente para mostrar que era possível sim o pobre, o negro e o índio terem acesso à educação de qualidade. **A gente conseguiu!** (OLGA, 2018, grifo meu).*

De acordo com o relato de Olga (2018) fica claro que elas, enquanto categoria, conseguem perceber a importância do movimento do qual participaram e do quanto ele influenciou diretamente nos rumos que da educação tomou na sociedade atual.

#### **4.3 “A gente passou por pessoas que nos chamavam de vagabundas e nos mandavam ir trabalhar.”**

Se a revolução foi feminina, como mencionei anteriormente, a repressão partia de todos os lados. Ela não se delimitava a sexo, gênero, posicionamento político, classe social ou qualquer outro fator. Por esse motivo, aqui pretendo destacar as características da repressão imposta a mulheres que entraram na luta e se tornaram



militantes protagonistas de um movimento com o qual romperam barreiras e fizeram história.

A repressão se deu de diferentes modos e ainda que ela não tenha parado a luta dessas mulheres, certamente, foi um fator a mais pesando na enorme lista de preocupações com as quais as mulheres tinham que lidar apenas por estarem ocupando estes espaços. Lugares estes que os homens ocupavam com percalços da ditadura sim, mas sem a sociedade lhe apontar o dedo especificamente por serem homens.

É fundamental esclarecer aqui que reconheço a situação do homem brasileiro, especialmente ao longo deste período extremamente masculinizado, patriarcal e com masculinidades (assim como as feminilidades) tão vigiadas dentro do que se esperava de cada gênero a nível social e cultural. No entanto, volto a destacar que meu olhar nesta pesquisa está voltado para as mulheres, ainda que reconhecendo que os problemas aos quais os homens eram, e ainda são expostos.

De modo a dar atenção a repressão sofrida pelas mulheres, entendo que ela foi parte fundamental da implementação da estratégia psicossocial utilizada pelos militares, questão que tratei com o apoio de Rezende (2013) na Fundamentação Teórica. Sendo assim, a partir da análise de dados procuro destacar aqui que o regime civil-militar brasileiro reprimiu sim de forma direta essas militantes, utilizando as amplas ferramentas que tinha a seu alcance, inclusive manipulando a sociedade a fazer o mesmo.

Ao longo da análise de dados pretendo destacar a repressão que sofriam em seu cotidiano, se deparando não só com o comportamento do próprio Estado, como também de familiares, amigos e membros da comunidade escolar.

Ainda que essa conduta tenha ocorrido simultaneamente, aqui pretendo tratá-los separadamente: primeiro discorrerei sobre a repressão cometida pelo regime e seus aparatos e logo após, a de membros da sociedade de modo geral.

De modo geral, todas as participantes mencionaram o clima tenso e o mal estar provocado pela constante possibilidade de que alguma ação pudesse ser tomada por parte do Estado. Para começar, destaco aqui a fala de Luz (2019):

*[...] tudo com muita dificuldades e medo. Não é que a gente não tivesse medo, a gente tinha medo mas é o que eu sempre dizia pra minha filha: “A gente nunca pode se deixar vencer pelo medo.” Claro que não podemos ser imprudentes mas o medo não pode nos atrapalhar de lutar pelo o que a gente quer. (LUZ, 2019).*

Isto é, ela deixa claro o medo e a tensão com a qual viviam no seu cotidiano e no entanto também demonstra o posicionamento de resistência perante respostas que pudessem receber do regime, seja elas quais fossem.

Ainda sobre o comportamento do Estado, Eva (2018) menciona o seguinte:

*[...] sempre haviam até ameaças de cortar o ponto ou que iam fazer isso e aquilo. Não era assim tudo sempre em brancas nuvens, sempre tinha alguma coisa no sentido de que a gente voltasse para o trabalho e acabasse com essas reivindicações justas. (EVA, 2018).*

Melhor dizendo, as ameaças e ações tinham o objetivo de colocá-las de volta em seus lugares como mulheres, neste caso, na escola ocupando-se da educação das crianças para que a rotina social seguisse com a maior normalidade possível.

No entanto, no momento em que essas mulheres não só decidiram não voltar para a escola ou para a cozinha e saíram às ruas mostrando que eram muitas e que não se calariam, foi assim que o regime respondeu:

*[...] a gente fez passeata, fez caminhada com os cachorros do lado, com guarda montada a cavalo, com cacetete na mão. **Teve professor que quebrou o dedo na porta do Palácio tentando entrar, fecharam a porta na mão dele.** Eram empurrões, nos derrubavam [...]. Se tivessem que desmanchar uma caminhada eles desmanchavam com os cavalos, colocando os cavalos por cima. Os cachorros policiais eram desse tamanho e acompanhavam. O intuito era amedrontar mas nunca surtiu efeito de desistir em função disso. (PETRONA, 2019, grifo meu).*

Ela também menciona as tentativas de impedir que os ônibus do interior chegassem até a capital para as manifestações e assembléias gerais do sindicato:

*Tiveram situações de saírem ônibus de Bagé e fecharem todas as entradas de Porto Alegre e o motorista ficar fazendo voltas e voltas tentando entrar e a polícia não deixando, fazendo barreira. E a gente tendo que fazer atalhos, tendo que voltar por não sei onde para conseguir chegar em Porto Alegre. Sempre a dificuldade foi muito grande mas nunca se desistiu!. (PETRONA, 2019).*

Ao longo dos relatos a atmosfera de tensão vivida por elas vai tomando outras proporções, conforme narra Olga (2018):

*Nós fomos para Porto Alegre com dois ônibus de Bagé para fazer uma passeata que foi feita pela manhã partindo da rodoviária com os motoristas de táxi colocando os táxis por cima de nós. E nós fizemos aquela caminhada! Fomos para Praça da Matriz e lá ficamos, a partir de então saímos para o almoço e voltamos. Estamos voltando do almoço, atravessando na frente da Catedral e nunca tínhamos visto tantos brigadianos juntos. E eram só homens na Brigada naquela época. E eles vinham pela rua Duque de Caxias em direção a praça, e a praça estava lotada. [...] **A Brigada se posta numa linha de três homens, eram três linhas de homens entre o Palácio e nós. E nós subimos!** E eu estava na primeira fila [...]. E eu fiquei nariz a nariz com o brigadiano da minha frente, se ele piscasse eu dava nele. (OLGA, 2018, grifo meu).*

No entanto, ainda que o clima estivesse dominado pela tensão também houve espaço para descobrimento.

*E aí eu entendo hoje o que acontece com as massas humanas quando se rebelam, e essa situação é extrema pois é o nosso corpo físico que está ali se colocando. E isto nós mulheres professoras fazíamos, eram poucos os homens. **Nós éramos em maioria mulheres, como somos até hoje, e fizemos todo este movimento e isso não foi pouca coisa.** (OLGA, 2018, grifo meu).*

Essas mulheres descobriram, ou se deram conta de sua força como indivíduos no instante em que se organizaram e desenvolveram atividades militantes em um momento tão conflituoso na história do Brasil. E além disso, se deram conta da força

que poderiam ter juntas como membros de uma instituição sindical, como professoras, como militantes e principalmente como sujeitos de luta.

Já quanto ao resto da sociedade, não haviam cassetetes ou empurrões, pelo menos não de forma concreta, a repressão se dava de modo sorrateiro e muitas vezes partia de onde menos se esperava.

*Eu fui muito ligada a trajetória do meu pai e meu pai sofreu muito com as agruras da “revolução de 1964”. E ele não gostou de me ver em uma passeata aqui em Bagé a primeira vez e me disse: “O que tu fazias lá?” Sem dúvida estar na rua era ser olhado atravessado. Eu que frequentei a sociedade como um todo, que eram clubes sociais e casas de amigos. **As pessoas olhavam atravessado sim, como olham até hoje.** (OLGA, 2018, grifo meu).*

Mais uma vez, através dos relatos das participantes da pesquisa, fica claro o mal estar provocado pelo regime a partir de suas estratégias psicossociais (Rezende, 2013) para adesão, aceitação e manutenção dos militares no poder. O que havia sido posto em cena era o terror comunista, também conhecido como “terror vermelho”.

*A minha mãe dizia: “Minha filha, tu fazendo greve é um horror, capaz até de ir presa.” E nesse tempo eles prendiam mesmo, né? E eu dizia: “**Não, não vão me prender. E se prenderem, paciência!**” E minha mãe ficava apavorada e dizia: “Mas minha filha, tu não sabe que isso é comunismo?” e eu sempre dizia pra ela que não ia dar em nada. E ela dizia que qualquer dia iam chegar lá em casa e me prender, e eu dizia: “**Paciência, mãe! Se me prenderem, tu me leva comida lá onde eu estiver?**”. (LUZ, 2019, grifo meu).*

Luz (2019) demonstra ter enfrentado as preocupações da mãe através do bom humor, mas deixa claro que:

*Quem era contra o governo era comunista. E tinham até aqueles que diziam que os comunistas comiam criancinhas. Quem era grevista, quem era contra o governo, era comunista. Até os professores se fizessem greve eram tachados de comunistas. **Tu não vê que até hoje o os professores são comunistas?**. (LUZ, 2019, grifo meu).*

Neste momento, ter esse adjetivo incorporado a seu nome era, no mínimo, ter um alvo pintado nas costas. Mas elas também não eram apenas comunistas e grevistas, eram mulheres comunistas e grevistas. E este era outro peso que carregavam.

*As mulheres eram muito mal vistas, era aquela função de: “Ah, vão pra casa! Vão dar aula para as crianças!” Quando saíamos na rua, quando fazíamos caminhadas, a gente sempre ouviu xingamentos e nunca aprovação. (PETRONA, 2019, grifo meu).*

*Repetindo o antigo hábito de atacar mulheres que decidiram cruzar a fronteira dos lugares que lhes haviam sido reservados “A gente passou por pessoas que nos chamavam de vagabundas e nos mandavam ir trabalhar. (ANITA, 2019, grifo meu).*

E se engana quem acredita que as escolas eram lugares seguros e livres de discriminação para elas, pois segundo Luz (2019) “[...] nós éramos discriminadas dentro das escolas por sermos grevistas”.

Ela segue com seu relato demonstrando como ocorria a discriminação:

*Durante a primeira greve do magistério eu morava em Dom Pedrito e trabalhava em uma escola de ensino médio e nem se fala em greve do magistério. Aí convocaram para greve e lá no colégio só haviam duas professoras em greve, eu que era professora de biologia e uma colega que era professora de inglês. Então a gente ria muito pois quando chegávamos na sala dos professores parece que a gente estava com letra pois todos iam saindo. [...] A professora de inglês que era minha companheira de greve dizia assim: “Agora tu entra e o pessoal sai, a gente senta e tu pega um cafezinho.” Mas nós nem aí, conversando com elas como se nada tivesse acontecendo e elas conversavam mas a gente sentia que era com uma certa reserva, né?. (LUZ, 2019).*

A partir do relato de Luz (2019) é possível perceber, ainda que disfarçado em meio a seu bom humor, certo isolamento e segregação entre as professoras que participavam da greve das demais.

Além disso, ela também menciona ocasiões em que as próprias colegas tentavam adotar atitudes discriminatórias com ela e sua companheira de greve:

*As gurias diziam assim: “Vocês não tem vergonha?” E a diretora também: “É esse o exemplo que vocês dão para os alunos de vocês?” E a gente respondia: “É! É lutar pelo salário deles!” Mas não só pelo salário porque a gente lutava por tudo, porque como eu te disse, naquela época e escola não tinha nada então **a gente lutava pelo salário, mas também pela escola**, merenda para os alunos que não tinham. (LUZ, 2019, grifo meu).*

Luz (2019) justifica o comportamento das colegas com o medo que infestava todos os ambientes nesse período devido as ameaças que a categoria enfrentava, mas também fazendo clara menção a crença de que as mulheres não pertenciam ao ambiente sindical.

*“Eu acho que uma das coisas era medo, medo de perder o emprego. E em segundo lugar porque era feio, né? **“Onde já se viu mulher fazendo greve? Ainda mais professora.”** “O que os pais vão dizer?”, “Elas ao invés de ensinar os filhos ficam ensinando a fazer greve”. (LUZ, 2019, grifo meu).*

Ou seja, fica clara a reprodução de uma conduta discriminatória entre as demais colegas até dentro do ambiente escolar, comportamento que claramente tinha o objetivo de constranger corrigir as professoras pertencentes ao movimento grevista.

#### **4.4 O relacionamento com os representantes do Estado: o presente e as perspectivas para o futuro**

Como já mencionado ao longo desta pesquisa, o relacionamento do magistério com os representantes do Estado nunca foi dos melhores. Se nos materiais que serviram como base para o desenvolvimento teórico deste Trabalho de Conclusão de Curso a realidade era de repressão, tentativas de intervenção na instituição e desqualificação da luta, na dias atuais, com governos democráticos a situação não é muito diferente.

Todas as participantes da pesquisa foram unânimes e enfáticas em destacar a crise alarmante que a educação vem amargando no estado do Rio Grande do Sul, com o fechamento e abandono de escolas, a queda no número de concursados e o aumento no número de contratados, o parcelamento dos salários, e uma lista interminável de ações que confirmam a negligência e a falta de diálogo por parte do governo.

A situação é tão dramática, que ao compararem os governos do regime civil-militar com os da atualidade o balanço foi o seguinte:

*Foi bem melhor que agora com o governo Sartori (PMDB), sabe? Por incrível que pareça foi o pior governador do estado do Rio Grande do Sul, para mim e para nós como magistério. No período da ditadura o Amaral de Souza (Arena) nos ameaçava, dizia que ia zerar o contracheque, cortar ponto, mas pelo menos ele conversava com os grevistas e aceitava algumas das nossas reivindicações, não eram todas. Mas agora com esse governo, e já com a Yeda (PSDB) foi difícil, mas como esse governo do Sartori, ele mesmo parecia acreditar nas bobagens que ele dizia.[...]. Ele teve 4 anos e não fez nada, nada!. [...] Nada ele fez e ainda queria continuar mais quatro anos. Apesar de que esse governador novo também, né? Eu não tenho esperança nenhuma!.(ANITA, 2019).*

Ninguém mais do que essas mulheres, que viveram parte de suas infâncias ou vidas adultas sob as rédeas do regime, deveriam celebrar o exercício de representantes democraticamente eleitos e, no entanto, o que demonstram é a total contrariedade com relação a postura do governo:

*Ao longo desses mais de quarenta anos que fui funcionária pública eu convivi com os mais diversos governos. Agora, como este que está terminando agora eu nunca tinha visto! Se tu pegares o contracheque de uma professora, o meu contracheque, do primeiro mês do governo Sartori (PMDB) e o contracheque de dezembro deste ano não tem nem um centavo de reajuste. E a Constituição diz que a reposição da inflação é um direito. Nós que temos mais de uma fonte de renda não temos que nos submeter a o que a maioria das professoras tem que se submeter, que é ir ao Banrisul tirar um empréstimo para botar a mão no dinheiro que corresponde ao seu salário. (OLGA, 2018)*

A partir deste relato, aproveito para destacar também um novo drama que surge pela prática de governos democráticos omissos às necessidades básicas dos trabalhadores, como o recebimento do próprio salário. A situação mencionada acima por Olga (2018) também é destacada por Luz (2019):

*Em primeiro lugar, na história do magistério, como o Sartori (PMDB) não teve nenhum! O governo do Antônio Britto (PMDB) foi péssimo, mas nunca nem perto do Sartori! O Sartori nunca nos deu nada, quatro anos de governo e não nos deu um centavo de aumento. Qual é o trabalhador que passa quatro anos sem receber aumento? [...] Nas outras épocas quando a gente fazia [greve] o governador recebia, conversava e discutia com a gente mas ele nunca nem nos recebeu. Iam para frente do Palácio e ele nem uma porta abria. E a pior coisa que ele fez foi parcelar o salário, né? **Salário parcelado, o que tu faz? Tu não sabe o que fazer com o salário parcelado. A gente nunca tinha lidado com isso de salário parcelado, a gente ganhou pouco, fez greve, lutou, mas salário parcelado a gente nunca teve, nunca! E aumento a gente sempre teve, todos os governos nos deram algum aumento. Esse não nos deu um centavo de aumento e ainda parcelou o salário. Com o salário parcelado como é que tu planeja tua vida?. [...] As gurias que tinham o Banrisul adiantavam o salário, mas depois quando chegava, né? Para mim, o Sartori foi o pior governo! Naquela época a gente pegou um governo igual ao dele, o Britto foi o pior mas mesmo assim nunca atrasou salário. Foi péssimo, péssimo! Queria tirar o plano de carreira e aí foi greve atrás de greve com ele, né? Mas nunca nem perto do Sartori. O Sartori foi o pior governo!. (LUZ, 2019, grifo meu).***

Isto é, o que fica claro a partir do relato das entrevistadas, é a insatisfação e desrespeito com a qual os servidores públicos são tratados em um governo democraticamente eleito. Elas ainda ressaltaram que esse comportamento é mais evidente em governos de direita e centro, já que com governadores posicionados à esquerda geralmente conseguem construir um diálogo amistoso e tem, pelo menos, algumas de suas reivindicações atendidas.

Como já mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas entre o final do período eleitoral e a posse do presidente, senadores, governadores,



deputados federais e estaduais eleitos. Tendo dito isso, a partir dos relatos das professoras ficou claro o seu descontentamento para com os resultados das eleições, especialmente com relação ao cargo de presidente e governador. Tanto que Anita (2019) demonstra sua insatisfação dizendo não acreditar em iniciativas de melhoria por parte do novo governador, inclusive usando o bom humor para chamá-lo de “Sartori, Parte II.”

Por outro lado, se elas não depositam esperança no novo governo, todas as suas fichas vão para a possibilidade de uma reorganização do movimento sindical. Elas depositam nele toda a sua esperança em uma perspectiva de enfrentamento as medidas que o novo governo provavelmente virá a adotar. Entre elas foram mencionados por Olga (2018) e Anita (2019) ao fechamento de escolas, a contratação de professores por contrato e não por concurso, manobras para interferir no plano de carreira da categoria, ascensão de iniciativas como a implementação do “notório saber”, etc. Enquanto Eva (2018) e Luz (2019) se reportam ao fechamento de escolas, a desvalorização do magistério e investimento no ensino técnico profissionalizante.

Além disso, especificamente com o relação ao relacionamento com o novo presidente, Jair Messias Bolsonaro (PSL), algumas das professoras demonstraram sentir hesitação e medo. Conforme podemos perceber abaixo:

*[...] não quero falar muito mas a gente agora está vendo isso com muito, muito... não é precaução e nem medo, mas assim, um certo receio. Estamos sentindo que parece que as coisas estão voltando para trás. Nossa senhora! E principalmente sobre a classe trabalhadora, as propostas são as mais... **nem sei se devo falar isso. Se devo falar até não, mas deixar gravado, né?** (EVA, 2018, grifo meu).*

A fala de Eva (2018) demonstra o sentimento de alerta e receio implementado a partir do resultado das eleições passadas. Para uma parcela da sociedade de modo geral o resultado da polarização política e das declarações do novo presidente, militar de reserva do Exército Brasileiro, relembram muito o período que antecedeu o golpe de 64. De modo que todas as participantes da pesquisa, mulheres que viveram este período, ainda que com muita esperança, mencionaram sentir medo do que o futuro pode reservar, não só para os professores, como para toda a sociedade brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise e da discussão dos dados foi possível conhecer mulheres que, sem nenhuma resguarda, compartilharam parte valiosa de sua história a esta pesquisa. E o fizeram em meio a sorrisos e lágrimas, de felicidade e de tristeza mas principalmente, de esperança para o futuro da luta sindical no Brasil.

Partindo dos relatos das participantes é possível perceber que a Memória significa resistência para este grupo de mulheres. Além disso, também é possível concluir que elas acreditam no poder e na importância da Memória como forma de reorganizar o movimento grevista do CPERS/ Sindicato. Para elas não há outra alternativa além da resistência, não existem planos de fuga ou sinais de estagnação, mesmo dentro do atual cotidiano de aposentadas.

A resistência protagonizada por elas no passado se deu em meio a um mal estar difuso, vivendo entre um misto de medo e repressão que emanava não só do regime, como de significativa parte da sociedade. E mesmo assim seguiram, enfrentaram todos os desafios que a sociedade lhe apresentava enquanto mulheres e se descobriram como militantes de seus sonhos, lutando por uma educação pública de qualidade e libertadora, pela sua valorização profissional e pela restituição da democracia no Brasil.

As particularidades apresentadas durante a análise e discussão de dados também servem para destacar o caráter precursor do movimento desenvolvido por elas. E embora não tenham feito parte da geração que criou o CPERS em 1945, neste momento CPPE, elas desenvolveram formas de luta características de uma instituição composta majoritariamente por mulheres. Conforme mencionou Anita (2019), mais do que estar no CPERS/ Sindicato, elas eram, e ainda são o CPERS/ Sindicato. E como diz Olga (2018), isso não é pouca coisa.

Diante desse contexto onde a coleta de dados forneceu relatos tão ricos fica aberta a possibilidade de dar continuidade a esta pesquisa abordando, de forma mais específica, questões relacionadas a luta sindical feminina. Isso pois, considero que, este campo ainda tem muito a compreender e rever nos seus estudos graças aos anos de apagamento da história das mulheres como sujeitos fundamentais na construção de um novo Brasil durante o período de redemocratização.

Para finalizar, é importante mencionar que nos dias que antecederam a conclusão desta pesquisa o CPERS/ Sindicato deflagrou uma nova greve. Esta vem

como resposta aos 48 meses de salários atrasados e parcelados, além da falta de reconhecimento das reivindicações que se arrastaram do governo passado até o atual. Os últimos números da adesão chegam a 1514 escolas paralisadas em todo Rio Grande do Sul, entre adesão parcial e total, e a expectativa é de que este número aumente consideravelmente.

Com o bordão “Se é guerra que o Leite quer, é guerra que ele vai ter.” a batalha do magistério gaúcho toma fôlego mais uma vez, buscando o apoio da sociedade através da organização, do comprometimento e da união. Como resposta, as portas do Palácio seguem fechadas e o governador se esconde detrás delas tentando silenciar o movimento do CPERS/ Sindicato através de ameaças de corte do ponto e do salário. No entanto, é em meio a essa realidade que se somam ao movimento histórico protagonizado por Eva, Olga, Anita, Luz e Petrona, outras tantas mulheres iniciam, ou dão continuidade, a um novo capítulo no enfrentamento aos ataques que vem sofrendo a nível estadual e nacional. A resistência começa a se reorganizar dentro da luta atual do CPERS/ Sindicato, resta esperar que o restante das instituições sigam seu exemplo.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. A. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 36- 67, jan./jul, 2009. Disponível em: [https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/artigos/mouseion/2009\\_v3\\_n5/jdbarros.pdf](https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jdbarros.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

BASTOS, N. S. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**, 2004. 51f. Monografia (Bacharel em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://www.cedema.org/uploads/Souza\\_Bastos.pdf](http://www.cedema.org/uploads/Souza_Bastos.pdf). Acesso em: 7 dez. 2019.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1991.

BULHÕES, M da G. P. e ABREU, M. **A luta dos professores gaúchos - 1979/ 1991: O difícil aprendizado da democracia**. Porto Alegre: L e PM, 1992.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf). Acesso em: 13 maio. 2019.

CARVALHO, H. S. de. Um breve estudo crítico sobre as estratégias de legitimação da ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu em Ciências Jurídica* da UNIVALI, Itajaí, v. 12, n. 3, p. 1227-1246, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/12093/6986>. Acesso em: 6 dez. 2019.

CORREA, J. J. A história do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS*, 7., HISTEDBR, 2006, Campinas, São Paulo. **Anais [...]** Campinas, São Paulo: HISTEDBR, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Joao%20jorge%20correa.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Joao%20jorge%20correa.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO. **CPERS/ Sindicato 50 anos: compromisso com a cidadania plena**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1995.

CENTRO DE PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO. **Quem somos: nossa história**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1995. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

DELGADO, A. N. L. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**, 2009.

REIS FILHO, D. A. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a03.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

LACERDA, A. B. C. C *et al.* **A voz do cidadão na constituinte**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, B. A. A; LOPES, F. A. M. **Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas**. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. 39 p. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/tr000012.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MARCELINO, D. A. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 70**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2011.

MATOS, J. S; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2. n.1, p. 95- 108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MINTO, L. W. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de escolhas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 54, p. 242- 262, dez, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640181/7740>. Acesso em: 6 dez. 2019.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto história. *Revista do programa de estudos pós- graduados em história*. PUC, São Paulo, v. 10, p. 7- 28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 6 de. 2019.

PRIOTTO, M; FASSHEBER, J. R. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Ditadura civil militar no Brasil: mulheres militantes**. Guarapuava: PDE, 2014. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unicentro\\_hist\\_artigo\\_marleide\\_priotto.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_hist_artigo_marleide_priotto.pdf). Acesso em: 16 abr. 2019.

REIS, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/442>. Acesso em: 6 dez. 2019.

REIS, J. R. F. O Coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, Carlos. Fidélis; FALLEIROS, Ialê (org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/ COC, 2010, p. 219-236. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25993>. Acesso em: 6 dez. 2019.

REZENDE, M. J. **A Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985)**. Londrina: Editora UEL, 2013. Disponível em: [http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao\\_leitura/ditadura.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/ditadura.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. **Anais** [...] Chicago: [s. n]. Disponível: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2019.

TELES, A. A. M. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, jun. 2014, p. 9-18. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 8 dez. 2019.

TELES, A. A. M. **Breve história do feminismo no Brasil**. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1993.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA



Universidade Federal do Pampa  
Trabalho de Conclusão de Curso



**Orientanda: Diênifer Alves Ramos da Rosa**

**Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica**

Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso “Entre o passado e o presente: a importância da memória para o movimento grevista do CPERS/Sindicato” (Título provisório)

**Nome:**

**Idade:**

**Área de atuação:**

**Pseudônimo que deseja utilizar nesta pesquisa:**

#### Questionário

- 1) Em suas palavras, como você caracterizaria este período da história em relação a situação econômica e social do país/ estado? E em relação a educação/ escola?
- 2) Qual foi o posicionamento dos pais e da comunidade escolar durante esse período de greves?
- 3) Como você avaliaria o posicionamento da imprensa gaúcha em relação a veiculação de informações referentes a greve para a população na época? Como os professores se sentiam em relação às informações veiculadas?
- 4) Você acredita que a imprensa poderia ter se posicionado de forma mais ativa em relação às greves?
- 5) Como você descreveria o relacionamento dos professores/ CPERS com os representantes do Estado?
- 6) Quais foram os motivos que fizeram com que você decidisse se tornar atuante neste período tão importante para a sociedade?
- 7) Por qual motivo você acredita que outros colegas não tomaram a mesma decisão que você?

- 8) Como você definiria o sentimento dos professores em relação às propostas feitas pelo governo a cada uma das greves?
- 9) Tendo em vista o que você respondeu na pergunta anterior, como você acredita que os professores se sentem em relação às propostas feitas pelo governo atual em momentos de greve?
- 10) Qual você acredita que seja a importância da atuação ativa dos professores dentro dos movimentos do CPERS? E qual você acredita que seja a importância da memória para o movimento dos professores gaúchos?

## **APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE VOZ**

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no Trabalho de Conclusão de curso a seguir determinado:

Título da pesquisa: \_\_\_\_\_

Orientanda: \_\_\_\_\_

Orientador: \_\_\_\_\_

As imagens e a voz poderão ser exibidas: em relatórios parciais e final do referido projeto, em apresentações áudio-visuais do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas em banco de imagens resultantes da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.



\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

(assinatura do participante)

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_